

CADERNO DE LITERATURA

Dezembro 2000 - Ano V - nº 8

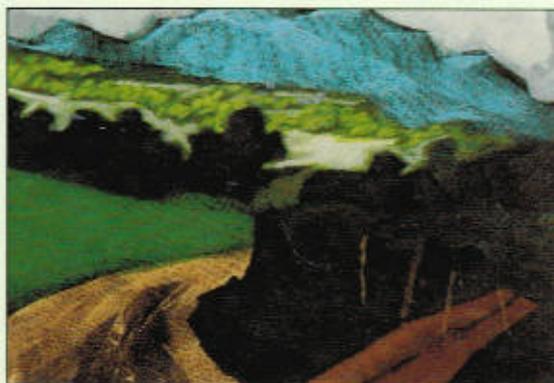


AJURIS

Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

capa

Obra de Glenio Bianchetti, artista gaúcho nascido em Bagé em 15 de janeiro de 1928. Iniciou sua trajetória na década de 40. Nessa época, pertenceu ao chamado Grupo de Bagé, com artistas como Glauco Rodrigues e Clóvis Chagas.



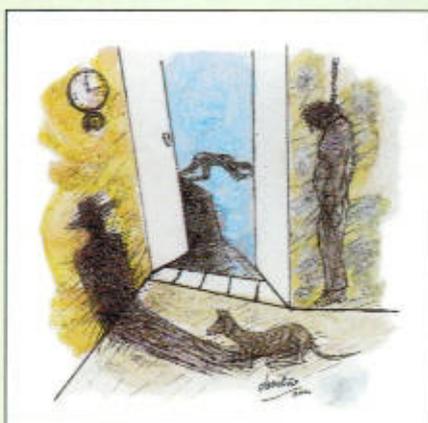
Paisagem da Morungava.
Acrílico sobre fundo sólido

Em 1947, transferiu-se para Porto Alegre, passando a estudar no Instituto de Belas Artes. Fundou, com Carlos Scliar, Vasco Prado, Danúbio Gonçalves e Glauco Rodrigues, o Clube da Gravura de Porto Alegre. Foi Diretor do Museu

de Arte do Rio Grande do Sul no início dos anos 60. Em 1962, estabeleceu-se em Brasília, ajudando a construir a Universidade de Brasília. Está entre os principais artistas brasileiros contemporâneos.

contracapa

Aquarela do mestre Danúbio Gonçalves, feita especialmente para ilustrar o poema *Segredos do Implúvio*, de Jorge Adelar Finatto. Pintor, desenhista e gravador, nascido em Bagé em 1925. Foi aluno de Burle-Marx e Portinari. Aperfeiçoou-se em Paris. Participou do Clube da Gravura de Porto Alegre e fundou, em 1951, com outros artistas, o Clube da Gravura de Bagé. Privilegia a temática social gaúcha e desenvolve marcante atividade didática em Porto Alegre.



Aquarela de Danúbio Gonçalves

Um dos mais importantes artistas plásticos brasileiros da atualidade.

expediente

Presidente da AJURIS
Luiz Felipe Silveira Difini
Vice-Presidente Cultural
Vera Lúcia Deboni
Diretor do Departamento de Cultura
Jorge Adelar Finatto
Conselho Editorial
Antonio Guilherme Tanger Jardim
Carlos Saldanha Legendre
Jorge Adelar Finatto
José Carlos Laitano
Paulo Porcella
Assessoria Editorial/Projeto Gráfico
Karin Kazmierczak

Execução Gráfica
Gráfica Editora Pallotti – Fone (0xx51) 341.0455
Jornalista Responsável
Claudia Chiquitelli – Reg. Prof. 7572
Diagramação
Gilnei Cunha
Revisão
Maria Lúcia Barbará (Mestre em Letras)
AJURIS – Rua Celeste Gobbato, 229 – 5º andar –
90110-160- Porto Alegre – RS
Fone (0xx51) 211.5177 – Fax 224.6844
E-mail: ajuris@ajuris.org.br
Tiragem: 25.000 exemplares – Distribuição gratuita

* O *Caderno de Literatura* da AJURIS não é vendido, e todas as colaborações são feitas a título gratuito. É distribuído aos magistrados brasileiros, escolas, universidades, agentes e entidades culturais de diversos Estados e Países de língua portuguesa.

sumário

Sensibilidade e justiça	
Cláudio Baldino Maciel	3
Correio	4
Fundação Banco do Brasil	
Investindo no desenvolvimento social do País	5
Alvaro Moreyra	
Jorge Adelar Finatto	6

Artigos

Província de São Pedro	
José Vellinho de Lacerda	8
O Testamento de Heiligenstadt	
Jauro Duarte von Gehlen	11
A Junta de Justiça, primeiro tribunal rio-grandense	
Sérgio da Costa Franco	18
A penúltima Flor do Lácio	
Walter Galvani	22

Narrativas

Uma menina	
José Clemente Pozenato	25
Itália	
José Carlos Laitano	26
Posições	
Adroaldo Furtado Fabrício	27
O anjo e o dragão	
Nathaniel Guimarães	28
Confissões ao pé da morta	
Mário Romano Maggioni	30
E veio de vereda	
Ícaro Carvalho de Bem Osório	31

Galeria

Alice Soares e Alice Brueggemann ...	32
--------------------------------------	----

Ensaio fotográfico

Fotografe sua Comarca	
.....	34

Poemas

O endereço da noite	
Lêdo Ivo	36
Canção do alaúde	
Carlos Saldanha Legendre	37
A ero moça / Amor concreto	
Elmar Carvalho	38
Lá em cima	
Isaac Starosta	39
O sino	
Sílvia Opitz	40
Passado	
Hermann H. C. Roenick	40
Um flash triste	
Manoel Celeste dos Santos	41
Tempus fugit	
José Nedel	41
Sobre uma frase de Tim Maia	
Llewellyn Davies A. Medina	42
Corvos no trigal	
Cyro Púperi	42
Segredos do implúvio	
Jorge Adelar Finatto	contracapa

Sensibilidade

e justiça

É necessário que permanentemente busquemos em nós, malgrado o imenso volume de serviço, a dimensão humana, colocando-a, como juízes, em prol das partes e assim criando a justa aplicação do Direito à vida. Não basta para isso a cultura jurídica. É ela uma ferramenta. Mas a ideação do nosso trabalho passa antes por nossos valores mais transcendentais, inclusive culturais. Com uma boa e neutra ferramenta poderemos fazer qualquer obra, boa ou má, alegre ou triste, justa ou injusta.

Por isso não pode o juiz deixar de sensibilizar-se em sua interação com o mundo que o cerca, que o oprime e que o liberta. Não pode deixar de comover-se com as expressões da arte, com as obras da vida, com a beleza das formas, com a profundidade da alma humana.

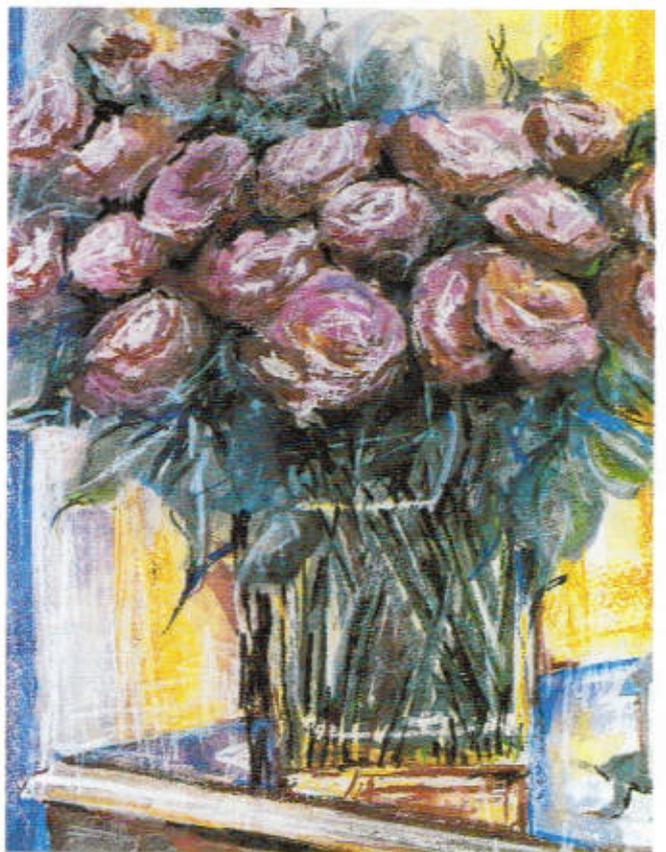
Fazer justiça, assim como fazer literatura, fotografia, pintura ou canto, também é uma forma de refazer o mundo. Transformá-lo e ser transformado.

Do mesmo modo que o paladar, que se refina e apura com a experimentação, experimentando permanentemente a sensibilidade refinamos nossa alma e seus sublimes predicados.

Por isso é razoável não podermos viver sem um bom livro para ler, sem uma obra de arte para apreciar, sem um canto para ouvir. O mundo sem arte, ou sem capacidade para senti-la, é descolorido como uma planta morta.

É a sensibilidade que dá forma ao mundo e a seus seres mágicos.

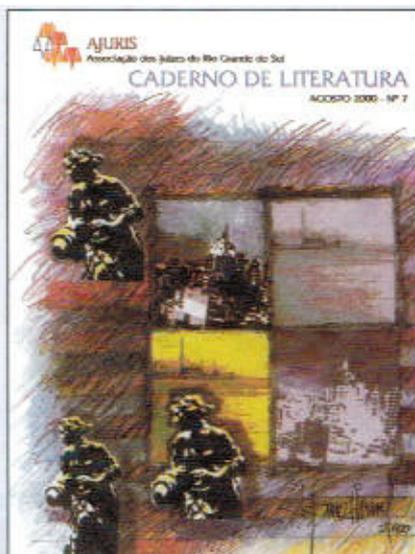
É a sensibilidade do magistrado que torna as partes do processo, mais do que números, seres da realidade com toda sua dramática e pulsante existência, com suas sempre notáveis e exclusivas circunstâncias.



Aquarela de Myriam Dutra
Rosas vermelhas em vaso de vidro
Fotografia: F. Zago – Studio Z

Mais este número do excelente **Caderno de Literatura** vem coroar a bela experiência da Ajuris, aqui transformada em palco da mais tocante face do ser humano: a sensibilidade do espírito.

• **Cláudio Baldino Maciel**
Vice-Presidente da Associação dos
Magistrados Brasileiros - AMB



A semente plantada tornou-se uma frondosa árvore com magníficos frutos. É gratificante ver o sucesso e a qualidade do *Caderno Literário*, instrumento tão importante no nosso duro cotidiano. Parabéns! Um grande abraço.

Cyro Púperi
Juiz de Direito - Gramado - RS

Meu caro Dr. Jorge Adelar Finatto
Recebi há dias os dez exemplares da bela revista de que é Director e na qual quis incluir o texto da minha Comunicação na sessão de abertura do Congresso Portugal-Brasil Ano 2000. Muito obrigado. Com as minhas felicitações por manter viva uma revista com estas características, peço-lhe aceite os meus melhores cumprimentos.

António José Avelãs Nunes
Professor Catedrático da
Faculdade de Direito da Universidade
de Coimbra

Congratulações. Tanto a vocês quanto ao **Banco do Brasil**. Pelo estreitamento de relações. Incensurável e profícuo. Com certeza para ambos. Mas além de congratulações e agradecimentos, esta carta tem um objetivo especial: dizer a vocês que, desde o primeiro número recebido, anotei, com sincera alegria, que ele não cuidava de Direito. Era um *Caderno de Literatura*. Só Literatura. E não é porque eu não goste do Direito. Dedi-quei toda a minha vida a ele. E continuo a fazê-lo. Encontro no *Caderno* muita coisa que teria vontade de exteriorizar como Juiz e, como Juiz, vassallo das conveniências sociais, coletivas, tive de silenciar.

Obrigado pela atenção. Não me deixem sem o *Caderno*.

Paulo Cardoso de Melo Silva
Juiz do Trabalho aposentado
Rio de Janeiro

Impossibilitado de comparecer, agradeço a gentileza do convite para o lançamento do *Caderno de Literatura* nº 7, importante veículo de cultura. Com meus cordiais cumprimentos.

Ministro Paulo Costa Leite
Presidente do Superior
Tribunal de Justiça

Venho recebendo com imensa satisfação o *Caderno de Literatura*. Alguns textos me transportam a um passado bastante feliz que vivi no Rio Grande do Sul. Desnecessário dizer que sou de família gaúcha e admirador da cultura pampeana. A Ajuris só está confirmando sua posição destacada no cenário intelectual brasileiro. Parabéns!

Carlos Alfredo Flores da Cunha
Juiz de Direito - Tribunal de
Justiça Rio de Janeiro

Na condição de jornalista profissional, gostaria de saber se poderia, também, passar a receber esta revista de literatura, cuja qualidade de conteúdo é nota 1000!

Eduardo Homem de Carvalho
Rio de Janeiro

A resposta é sim, caro leitor.

Quero registrar, com muita gratidão, o recebimento do *Caderno de Literatura* - agosto 2000, publicação por que espero e cuja leitura me fascina. Parabéns por mais esta edição, já incorporada à nossa biblioteca. Abraços.

Prof. Osvino Toillier
Porto Alegre

Bela edição, no aspecto material e no conteúdo intrínseco da obra, da qual se extraem elementos de cultura úteis e indispensáveis aos que se deleitam com o saber. Parabenizo a todos sobre a notável iniciativa e votos faço para que a mesma seja duradoura. Gostaria de continuar recebendo os próximos exemplares.

Luiz Antônio de Vasconcellos Dias
Advogado - Manaus

Leitura suave que escraviza nossa atenção e que mostra ao Brasil que a magistratura é também formada, em sua maioria, por homens sensíveis que têm demonstrado conhecer o coração humano com as suas fraquezas e imperfeições.

Parabéns e continuem brilhando.
João Gomes Guimarães Filho
Juiz aposentado - Mato Grosso

A revista está esplêndida, muito bem impressa e com bons colaboradores, exceção feita de certo escriba aqui do Rio... Honrado com o destaque que deu às minhas despreziosas notas.

Homero Senna
Escritor e Jornalista - Rio de Janeiro

Tenho em mãos o último número do *Caderno de Literatura*, publicado por essa Associação e, ao par de agradecer, penhoradamente, pelo privilégio da remessa desse material, apreciaria apresentar-lhes minhas congratulações pelo excelente trabalho, porque se trata de revista de excelente feição gráfica, primando pela beleza e bom gosto, numa apresentação que só pode ser qualificada como maravilhosa, além do conteúdo, extremamente substancioso, capaz de deleitar os gostos mais refinados, que se deliciam com suas matérias quase sempre de tirar o fôlego.

Elmo de Lima
Juiz de Direito aposentado - Goiás

Meus agradecimentos ao Presidente Difini, ao Maestro Irineu Mariani e seu coral, a todos os integrantes dessa prestigiosa e importante revista, ao meu novo irmão e parceiro Jorge Adelar Finatto, a Carlos Saldanha Legendre pela minha mais feliz passagem pelo Rio Grande do Sul.

Tito Madi
Compositor e cantor - RJ

A excelência da publicação e o conteúdo dos trabalhos literários apresentados abonam o prestígio indiscutível da Associação e do seu Departamento de Cultura.

Des. Dimas Ribeiro da Fonseca
Vice-presidente do Tribunal de Justiça
do Estado de Rondônia

fundação Banco do Brasil

Investindo

no desenvolvimento social do País

O Brasil é um país de grandes contrastes. Oitava economia do mundo, maior parque industrial da América Latina, riquezas naturais espalhadas por todo o território nacional. Esse cenário convive com um outro, nada atraente: um imenso abismo social, caracterizado por uma camada expressiva da população sem acesso a condições básicas de educação, saúde e cidadania.

A Fundação Banco do Brasil trabalha desde 1988 com uma importante incumbência: colaborar para a redução dessa desigualdade. Atua como agente social, impulsionando a atuação do Banco do Brasil em favor do desenvolvimento e do progresso para comunidades de todo o País.

Ao longo de doze anos, a instituição não poupou esforços para concretizar esse objetivo. Exemplo disso foram os investimentos realizados com recursos do FUNDEC - Fundo de Desenvolvimento Comunitário. Ações de infra-estrutura básica, desenvolvidas em diversas localidades, tiveram influência decisiva na emancipação de dezenas de municípios brasileiros – como Nova Roma do Sul, na região serrana gaúcha.

E o Rio Grande do Sul foi, certamente, um dos estados que mais participaram da história da Fundação. Foram cerca de dois mil projetos implementados, que envolveram recursos da ordem de R\$ 29 milhões e beneficiaram a população de mais de duzentas cidades gaúchas. Esses investimentos privilegiaram, notadamente, as áreas de saúde e educação, com a ampliação e reforma de hospitais e a melhoria de escolas e centros educacionais, entre outros projetos.



Visita das crianças do Programa ABB Comunidade de Novo Hamburgo (RS) ao Circuito BB de Vôlei de Praia

Hoje, atuando por meio de programas de iniciativa própria, a Fundação busca trazer maior efetividade às suas ações. São iniciativas que visam proporcionar benefícios sociais sustentáveis às comunidades atendidas. Em todas as regiões do Brasil, é possível verificar a presença da instituição, seja alfabetizando jovens e adultos, com o “Programa BBeducar”, combatendo o câncer infantil, com “Criança e Vida”, ou oferecendo complementação escolar a crianças e adolescentes, com o “AABB Comunidade”.

Aliás, este último programa encontrou, no Rio Grande do Sul, terreno fértil para sua consolidação e projeção nacional. Realizada desde 1996, em parceria com a Federação Nacional das AABB, a iniciativa abre as portas das associações atléticas do Banco do Brasil para estudantes da rede pública de ensino. Em horário extra-escolar, eles participam de atividades recreativas, esportivas e culturais. Recebem, também, reforço escolar, alimentação, transporte e tratamento médico-odontológico.

O “AABB Comunidade” fundamenta-se no Estatuto da Criança e do Adolescente e, atualmente, atende mais de 42 mil estudantes, em 311 municípios. Só no Rio Grande do Sul são 47 localidades participantes. Mais de 7.600 estudantes gaúchos estão inscritos. Através da prática lúdica e educativa eles passam a perceber efetivamente sua condição de cidadãos,

conscientes de seus direitos e deveres sociais, e podem vislumbrar um futuro mais promissor.

O sucesso do “AABB Comunidade” no Estado só é possível graças à significativa conscientização social da população rio-grandense, já que

sua realização requer o estabelecimento de parcerias com entidades, associações e lideranças locais, como forma de garantir aos alunos toda a estrutura e benefícios previstos.

É justamente este o pressuposto básico e estratégico da Fundação: promover iniciativas que envolvam as diferentes camadas populacionais, constituindo-se em projetos que integrem toda a comunidade, numa iniciativa conjunta de exercício da cidadania.

Esta é a nossa missão: contribuir para o desenvolvimento social do País, ratificando o compromisso do Banco do Brasil com o progresso da sociedade brasileira. E a transformação social, a melhoria da qualidade de vida, só é possível com uma ação congruente, em que governo, empresas, instituições sociais e cada indivíduo estejam comprometidos com o bem-estar coletivo e com a efetiva mudança da realidade social em nosso Brasil.

• **Heloísa Helena Silva de Oliveira**
Presidente da Fundação
Banco do Brasil

Alvaro Moreyra

Aquarela impressionista dos montes envoltos em neblina na manhã de Porto Alegre. A generosa floração, nas ruas e jardins, mistura tons que se revelam do rosa antigo ao azul claro. O quadro me traz à lembrança o escritor que muito amou essa paisagem.



Alvaro Moreyra
Foto: Revista Manchete - 1954

Alvaro Moreyra está entre os principais cronistas brasileiros de todos os tempos. Destacou-se, também, como poeta de refinada lavra. Seu texto leve e irônico, dotado de incomparável graça, encantou gerações.

Porto-alegrense nascido em 23 de novembro de 1888, transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1910, na companhia do poeta santa-mariense Felipe D'Oliveira. Depois, casou-se, teve filhos e viveu um grande amor com a mineira Eugênia Alvaro Moreyra, primeira repórter brasileira e uma das iniciadoras do movimento feminista no Brasil.

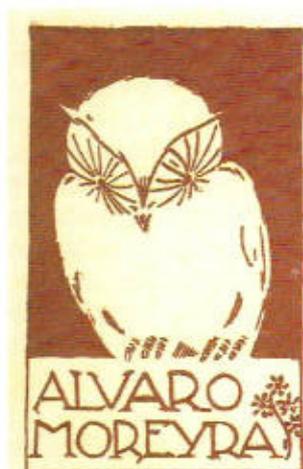
Nas revistas que dirigiu no início do século, divulgou o trabalho de novos autores como Oswald de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Sobressaem-se, entre essas publicações, *Para todos* e *Ilustração brasileira*.

Aquela casa aberta foi minha casa

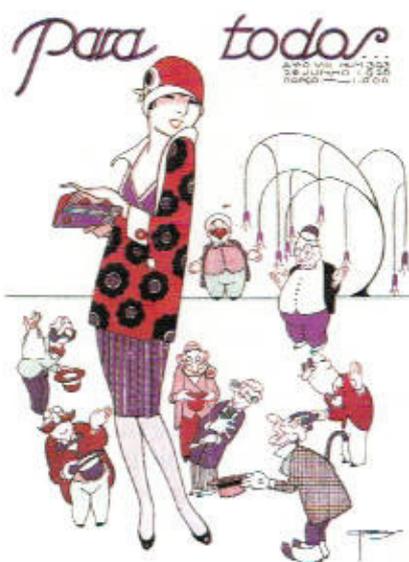
A casa do escritor, na Rua Xavier da Silveira, nº 99, em Copacabana, tornou-se um centro da vida literária e artística a partir de 1918. O 99, como ficou conhecido, foi durante muitos anos lugar de encontro de escritores, poetas, artistas e intelectu-

ais. Naquela residência branca de dois andares, a poucas quadras do mar, nasceram muitos sonhos e projetos. Como o Teatro de Brinquedo, em 1927, movimento pioneiro de renovação da arte cênica brasileira, tendo à frente o casal Moreyra e, entre seus colaboradores, Di Cavalcanti, Luiz Peixoto, Aida Procópio Ferreira, Joraci Camargo e Álvaro.

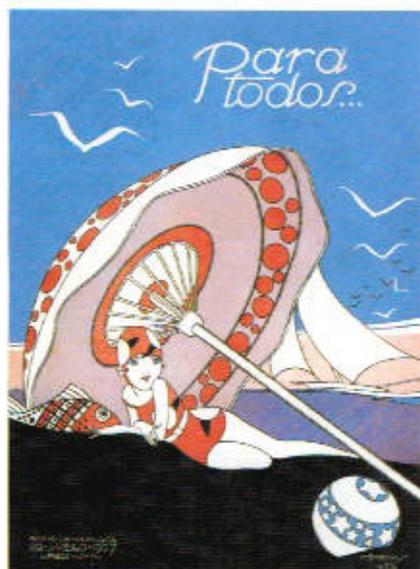
Jorge Amado afirma que *aquela casa aberta foi minha casa naquele tempo*. Em depoimento colhido em dezembro de 1984, em Porto Alegre, disse-me o grande romancista:



Ex-libris do escritor



As capas de *Para Todos* são de autoria do grande artista J. Carlos



Ali vinha todo mundo. Para os escritores que como eu chegaram ao Rio no início dos anos 30 - eu tinha então dezoito anos - a convivência com Alvaro e Eugênia foi muito importante. É impossível dar uma idéia da importância que aquele casal e aquela casa tiveram no desenvolvimento da cultura e das idéias progressistas de esquerda naquela época.

Alguns visitantes ilustres do 99: Pontes de Miranda, Dyonélio Machado, Erico Verissimo, Dorival Caymmi, Nicolás Guillén, Manuel Bandeira, Portinari, Carlos Lacerda (que chegou a morar lá), Jorge de Lima, Ismael Néri, Pirandello, Graciliano Ramos, Luís Carlos Prestes, Oswald de Andrade, Pixinguinha, Olegário Mariano, Ribeiro Couto, Tarsila, Anita Malfatti e Mário de Andrade.

Mesmo admirado por Getúlio Vargas, esteve preso durante o Estado Novo por sua posição política à esquerda. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1959, passando a ocupar a cadeira nº 21. No fardão de imortal, sentiu-se parecido com um porteiro de edifício.

O silêncio que cerca a memória do escritor não lhe faz justiça

Amou Porto Alegre, as pessoas, as corujas, as rosas, os burros. Via nestes animais o símbolo da humildade e da paciência. Tornou-se famosa a sua coleção de burrinhos em miniatura. Feita de diversos materiais, a maioria das peças foi presente dos amigos. Homem raro, devoto de São Francisco de Assis, Alvaro era avesso a mesquinhas e ressentimentos. Morreu no dia 12 de setembro de 1964, aos 75 anos.

O silêncio que cerca a memória do escritor não faz justiça a sua importância na vida cultural brasileira do século XX. Autor de obras singulares, como *Um sorriso para tudo*, *A cidade mulher*, *Porta aberta*, *Havia uma oliveira no jardim* e *As amargas, não* (memórias), seus livros não têm vez no mercado editorial.

Dele disse, em irretocável síntese, Carlos Drummond de Andrade, que reconheceu em Alvaro Moreyra sua maior influência literária entre os escritores nacionais:

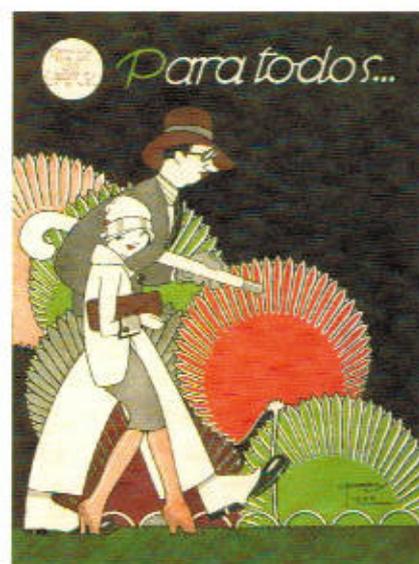
Uma impressão de magia singela: com poucas e leves palavras, um y e algumas reticências, ele soube dizer finas coisas, que nos tocaram (in *Cadeira de balanço*, Livraria José Olympio Editora, 1976, p. 131).

Com essa homenagem a Alvaro Moreyra, um dos mais talentosos e esquecidos escritores do nosso País, entregamos em suas mãos, Amigo Leitor, o **Caderno de Literatura nº 8**.

• **Jorge Adelar Finatto**
Diretor do Departamento
de Cultura

"Porto Alegre... Foi daquele porto que parti... Minha terra... É um céu tão azul que eu nunca mais vi um céu tão azul. É um rio chamado Guaíba, que tem uma ilha chamada Pintada. É uma casa grande. Minha terra... (...) Porto Alegre! Ah! Terra bem-amada! Que carícia te chamar minha terra: ... te repetir: minha... minha... minha... "

(in *As amargas, não...*, Instituto Estadual do Livro/RS, 1989, págs. 12/13)



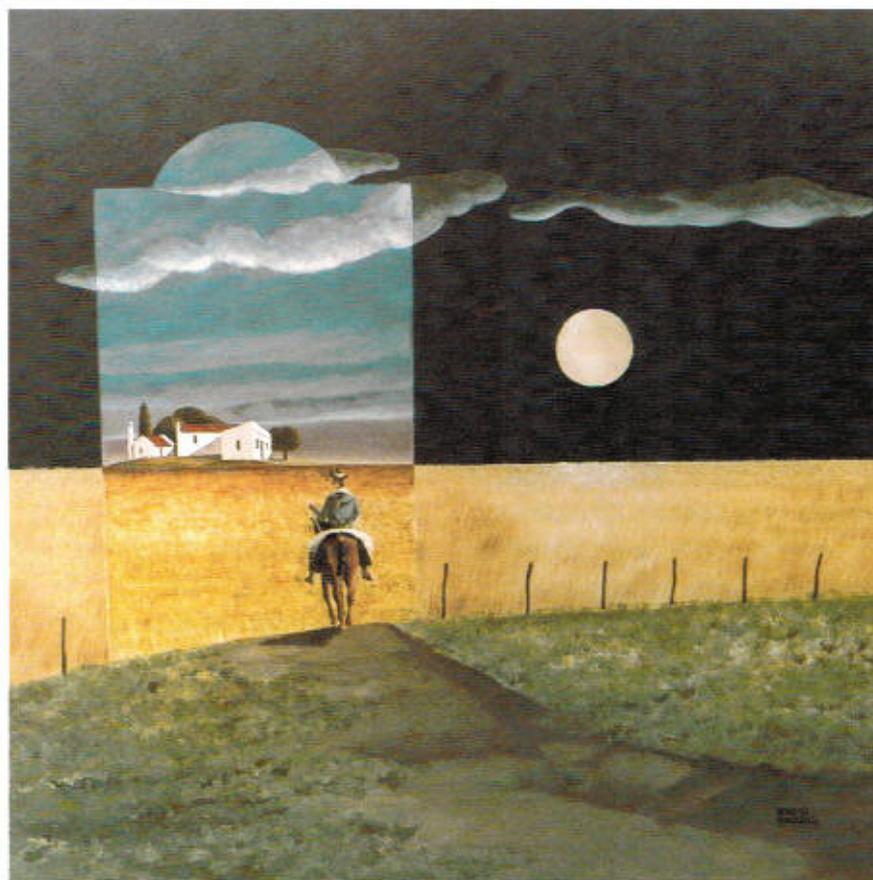
Província de São Pedro

José Vellinho de Lacerda*

Em junho de 1945, vinha a lume em Porto Alegre o primeiro número da revista PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, que, por mais de doze anos, foi o melhor repositório literário do País. Seu diretor, Moysés Vellinho, assim a apresentou em editorial:

O que PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO deseja não é afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista. É uma publicação regional, sem dúvida, faz questão de sê-lo, mas não a animam exclusivismos localistas. Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da ficção, da poesia, de todas as manifestações do pensamento. Sem impor limites à sua orientação nem sentido ideológico ao seu programa, PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO pretende converter-se no centro de coleção, seleção, estímulo e irradiação das atividades culturais que se processam no extremo sul do País. Guardando-se dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo, terá sempre presentes, no entanto, os elementos fundamentais da tradição local, os autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura.

Editada pela Livraria do Glo-



Armando Gonzalez – Título: Grandes horizontes – Acrílico sobre tela

bo, sua acolhida, no meio literário brasileiro, foi a melhor possível. Sérgio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, José Lins do Rego, Sérgio Milliet, Otávio Tarquínio de Souza, Viana Moog, Brenno Silveira, dentre outros, não lhe regatearam elogios. E a ela assim se referiu Rachel de Queiroz: ... *uma publicação do vulto da admirável PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, revista que é hoje o melhor cartão de visitas da literatu-*

ra brasileira (vol.7, p. 167).

Exata a observação de nossa grande romancista: a publicação não se limitou às letras gaúchas; a ela logo acorreram, com pontualidade, os grandes escritores do País. Tal afluxo, porém, não a descharacterizou como principal veículo da produção literária local, no que tinha de mais expressivo. Othelo Rosa, Athos Damasceno, Augusto Meyer, Darcy Azambuja, Erico Verissimo, Moysés Vellinho,

Carlos Dante de Moraes, Mario Quintana, Guilhermino César, Wilson Chagas, Barbosa Lessa, Carlos Reverbel, Telmo Vergara, Cyro Martins, Manoelito de Ornelas, Reinaldo Moura, Dante de Laytano, Walter Spalding, Abeillard Barreto e Paulo Correa Lopes foram assíduos colaboradores. Dessa contribuição brotam, a cada passo, observações saborosas e pitorescas, como o retrato da Porto Alegre do século XVIII, feito por Darcy Azambuja: ... *Porto Alegre amanhecia. Já não era aldeia, era vila. A população crescia. Os homens usavam calções e sobrecasacas de cor, chapéu de feltro ou cartola alta. As mulheres usavam sete saias, anqui-nhas, espartilho e mantilha; permaneciam analfabetas, porque os pais não queriam que escrevessem bilhetes aos namorados, não apareciam para as visitas e os vestidos não deixavam ver nem a ponta do pé. Contudo, já sabemos que os enjeitados não faltavam. E quando um galo cantava de dia, as negras velhas exclamavam: 'É moça roubada'...* (10/61).

Em outras passagens, vemos autores fora do gênero que os consagrou mostrarem-se agudos críticos literários. Assim, o romancista Erico Verissimo comentando os nossos poetas: *Os versos de Carlos Drummond de Andrade são obras-primas de ironia e seu autor sabe encontrar motivos poéticos nos acontecimentos quotidianos e na vida do homem comum* (4/15). (...) *Para encerrar esta dissertação sem método sobre poesia, devo confessar que meus poetas favoritos são Cecília Meireles e Mario Quintana. O que, na minha opinião, os torna particularmente notáveis é o seu senso delicado da palavra. Con-*

seguem ser diferentes e não poucas vezes profundos com o uso de vocábulos simples. Creio que o segredo de ambos reside na maneira de combinar as palavras de modo a dar-lhes nova força, nova significação. Conquanto modernos, seus poemas têm um sabor clássico e muitas vezes lembram baladas medievais (4/18).

E o poeta Mario Quintana sobre O engenheiro, de seu colega João Cabral de Melo Neto:

Poeta tão depurado e enxuto de carnes que, referindo-se à 'luta branca sobre o papel', fala nas 'vinte palavras sempre as mesmas de que conhece o funcionamento, a evaporação, a densidade...' Faz-me isto lembrar um amigo que escrevia poemas em inglês, nos quais apareciam eternamente as mesmas palavras: pencil, horse, green, woman, etc., uma meia dúzia de substantivos ao todo, outro tanto de verbos. Eram as palavras que vêm sempre nas três ou quatro primeiras lições de todas as gramáticas inglesas, visto que além não iam os conhecimentos do poeta no nobre idioma do celulóide. Essa escola inaugurada por aquele improvisado poeta e pelo Sr. João Cabral de Melo

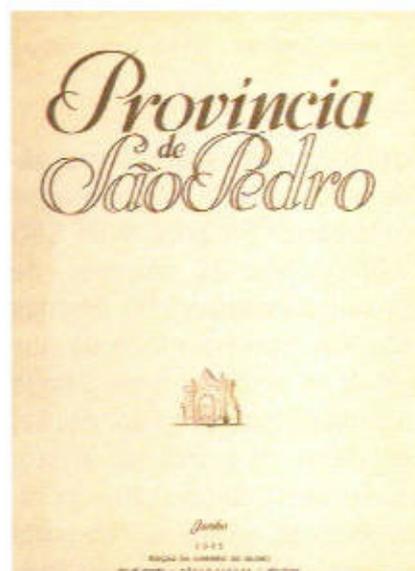


Moyses Vellinho
Foto: Acervo da família

Neto, que nada tem de improvisado, merecia criar adeptos e praticantes entre nós, pois o grande perigo da nossa poesia é, ainda, a oratória. Aqui n'O Engenheiro nada disso. Respira-se um ar alto e puro, enquanto vai o poeta construindo, poema a poema, o seu arranha-céu de vidro (5/154).

Mas não só de autores nacionais se nutria a revista. Havia a seção de literatura estrangeira, a cargo de dois mestres de enorme erudição, ambos brasileiros naturalizados, que aqui aportaram banidos pelo nazismo: o húngaro Paulo Rónai e o austríaco Otto Maria Carpeaux. Comentavam e traduziam o que se produzia lá fora de mais significativo. Apenas, como exemplo, estes versos de Rabindranath Tagore, que bem exprimem, em sua lacônica beleza, a resignação do povo indiano: *Graças a ti, Senhor, por não ser eu a roda do poder, por ser um daqueles a quem ele esmaga. (...) Morrer pertence tanto à vida quanto nascer, da mesma forma que andar está assim em levantar o pé como em devolvê-lo ao solo* (9/159).

Outro estrangeiro do mais



artigos

alto quilate foi o italiano Angelo Ricci, notável professor de Teoria Literária em nossas Universidades. Também fugido da guerra, narra sua experiência dolorosa no artigo *Zona de guerra*, de que extraio este trecho: *E tu, Anísio Vitorino Assunção, do Rio de Janeiro, que ainda conservas de mim a lembrança mais viva e cálida de afeto. De ti que devo eu dizer? Contarei talvez que trazias à minha casa pão e sorriso, a fim de infundir-nos, de novo, confiança na vida; que falavas de teu Brasil como de uma Terra Prometida para a qual nos convidavas a transmigrar; que foste quem tantas dores aliviou naquela pobre casa da Rua 20 de Setembro, em Viareggio, onde entravas simulando – sim, eu bem que o percebia! – simulando lindamente que te dávamos um prazer em receber-te, mas consciência de que trazias com a tua presença tanto lenitivo a humildes vítimas de uma catástrofe de que não tinham culpa alguma. E*

quanto gostavas que Gregório, meu sogro, cantasse para ti e teus companheiros as canções de paz e de amor, que tantas saudades te despertavam da esposa distante, cuja beleza e bondade não cansavas de louvar! Bem notei ainda com que expressão de pena olhaste comigo aquela criança de oito anos que, na Avenida Margarida, em Viareggio, jazia imersa numa poça de sangue, horrendamente estra-

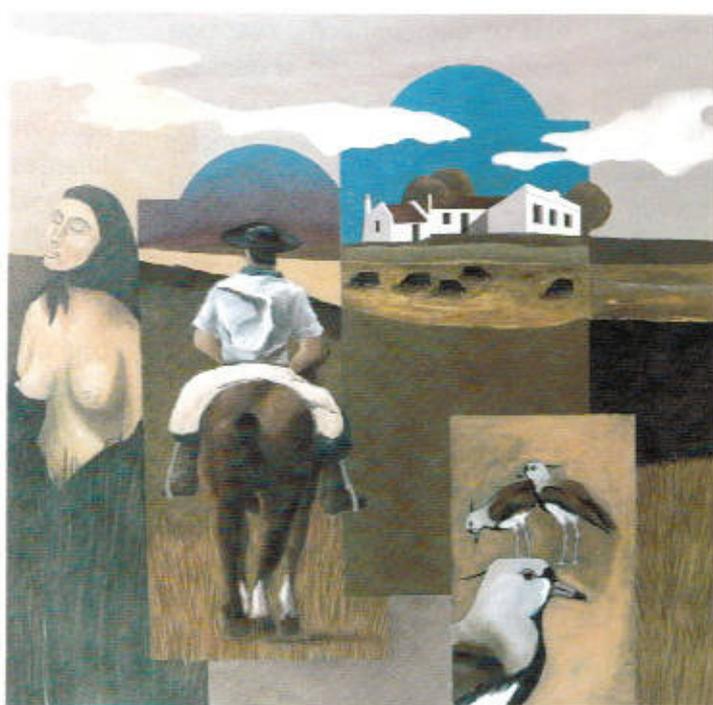
çalhada por uma bomba. Vi e compreendi então com que humana e cristã doçura havia sido educado o teu sentimento. Não fizeste nenhum comentário diante daquele espetáculo cruel: só os teus olhos se ergueram compreensivamente para os meus, já exaustos de contemplar cenas daquele gênero. Foi naquele instante precisamente que concebi a necessidade de buscar uma segunda pátria... (16/25).

Ai está, nesses excertos, pro-

deira, Graciliano Ramos, Otávio Tarquínio de Souza, Lúcia Miguel Pereira, Carlos Drummond de Andrade, Ruth Guimarães, Mário de Andrade, Murilo Mendes, Tristão de Athayde. Mais: só ela contém verdadeiras preciosidades, como a conferência de Oswaldo Aranha proferida na Faculdade de Direito de Porto Alegre, intitulada *Entre a paz e a guerra* (14/7), e a de Albert Camus, quando visitou nossa Capital, sobre *A Europa e o crime* (14/38).

O sucesso da PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO não veio por acaso: nascida sob a inspiração de Moysés Vellinho, foi ele sempre o seu diretor. Além de intelectual do mais puro refinamento estilístico, expôs, com ela, as virtudes do administrador modelar. Eis a palavra de Álvaro Lins sobre o papel do autor de *Capitania d'El-Rei* no êxito da revista: *Vejo nela também, na sua orientação e no espírito geral da obra, a presença da personalidade de Moysés Vellinho, crítico de ex-*

cepcional agudeza e escritor admirável (2/187). Conduzida assim, com mão de mestre, não é de estranhar que sua fama se estenda até hoje, passados 55 anos de sua criação. Em boa hora o lançamento, por PUCRS, CNPq e FAPERGS, de sua coleção completa em CD.



Armando Gonzalez – Título: Tierra madre – Óleo sobre tela

positadamente variados, uma pá-lida amostra do riquíssimo acervo literário da PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Seus 21 números, de aproximadamente 180 páginas cada um, contêm muito do que melhor se produziu neste Estado em crítica literária, ficção, poesia, história sul-rio-grandense. A isso, somou-se a colaboração, em nível nacional, de literatos do porte de Cecília Meireles, Manuel Ban-

*Desembargador aposentado - RS

O Testamento de Heiligenstadt

*Jauro Duarte von Gehlen**

Beethoven mira a própria morte

Se o testamento, no direito romano, materializava a onipotência majestática do *pater familias*,

no direito medieval, sob a influência germânica, assumiu a sua atual configuração, eloqüentemente definida por Pontes de Miranda como o ato de vontade individual a mirar a própria morte (Tratado de Direito Privado, tomo 56, pág. 63). Nessa concepção é que LUDWIG VAN BEETHOVEN, imerso em profunda crise depressiva pela consciência plena da irreversibilidade da surdez, redigiu, em 1802, na pequena cidade de Heiligenstadt (hoje integrada a Viena), o mais pungente dos seus documentos confessionais:

uma carta datada de 6 de outubro de 1802 (aditada por outra do dia 10), na qual, *mirando a própria morte*, despediu-se do mundo, legou-nos a sua obra e instituiu seus irmãos como sucessores universais. Daí ter passado à história com o significativo título de *Testamento de Heiligenstadt*, que testamento realmente era, desde que validada como tal, pelo direito aus-

triaco, essa *manifestação instrumental para valer após a morte do testador* (*post mortem nostram valeat*).

Não é incomum o suicídio – ou a tentativa dele – no mundo das artes e da literatura. Recordem-se, entre outros, os poetas Shelley (afogando-se aos 30 anos em um lago da Itália), von Kleist (também se afogando aos 34 anos), e Pushkin, morto num duelo suicida, a pistolas. Ou aqueles outros que, embora sem chegar ao ato extremo, também morreram moços, vivendo dissipada ou perigosamente, cortejando a morte noite e dia, como o poeta húngaro Sandor Petöfi (aos 26 anos), Lermontof (aos 27) e Byron (aos 36 anos). Van Gogh, precursor do expressionismo, atormentado pela dor, decepa a própria orelha e culmina por suicidar-se, como também o fez Ernst Kirchner, personagem dominante no grupo expressionista *Die Brücke*.

Outros, como Beethoven, superaram o impulso tânico. O nosso Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814), aos 30 anos teve uma de suas mãos inutilizadas, e a doença deformante martirizou-o até a morte, consumindo-lhe o corpo ao mesmo tempo em que lhe envenenava



o temperamento. Irritava-se facilmente, trancava-se em desconfianças e, de puro ressentimento, descobria escárnio onde havia admiração. Aliás, essas reações comportamentais também são encontráveis na biografia de Beethoven. Piero della Francesca (1410-1492), expoente do *Quattrocento*, foi acometido de paulatina cegueira que o forçou a abandonar a pintura em 1478. No testamento de próprio punho, de 1487, em caligrafia clara e firme afirma-se *são de mente, intelecto e corpo*. Não podendo mais pintar, dedicou-se à matemática e à perspectiva, escrevendo tratados sobre esses dois complexos temas. Renoir (1841-1919), levado à cadeira de rodas pelo reumatismo em 1912, em seus últimos anos dedicou-se à escultura, com assistentes executando suas orientações. Crianças, flores, belas cenas e sobretudo belas mulheres têm apelo instantâneo: *Por que não deve a arte ser bonita?*, perguntava; o mundo já tem coisas desagradáveis em número suficiente! Matisse (1869-1954), depois de duas operações para extração de um câncer no duodeno, em 1941, viu-se confinado ao leito, mas trabalhou até o fim da vida; e, embora cético em religião, criou um dos mais tocantes monumentos religiosos do Séc XX - a *Capela do Rosário*, em Vence - nela materializando o que definiu como *os sentimentos quase religiosos que tenho pela vida*.

Os exemplos acima mostram, sobretudo, a coragem do homem e a obstinação do artista. Cegueira, surdez, paralisia ou qualquer outro tipo de moléstia constituem

provações e Beethoven, como eles, superou-as. Está na sua carta a Almenda: *Quero pegar o destino pelo pescoço!*

Na Música, há o também marcante caso de Tchaikovsky. Seu casamento, como forma de fugir ao estigma da homossexualidade, revelou-se trágico, levando-o à tentativa de suicídio quando contemplava, à noite, as profundezas geladas do rio Moscova: *Ocorreu-me que seria possível matar-me contraindo pneumonia. Assim entrei na água até o peito, sem ser visto na escuridão, e fiquei ali até que meu corpo dolorido não pôde mais suportar o frio enregelante*. Dali saiu convencido de que *agora morreria de pneumonia ou de alguma doença respiratória*. A tentativa resultou num pífio resfriado, mas também serviu - ante o confronto aberto com a possibilidade da própria morte - para fazê-lo aceitar-se como era, como confessou em carta a seu irmão Anatoli: *...concluí, finalmente, que não há nada mais fútil do que desejar ser coisa diferente do que já sou por natureza*.

Voltando ao *Testamento de Heiligenstadt*: tudo indica que Beethoven, quando o redigiu, aos



32 anos, estava realmente inclinado a suicidar-se, em meio à aguda crise de depressão motivada pela inevitabilidade da surdez, agravada, segundo alguns biógrafos seus, pela rejeição do amor que nutria por sua jovem e bela aluna, a condessa Giulietta Guicciardi - que acabou casando no ano seguinte (1803) com o conde von Gallenberg. Porém, ao escrever e reescrever o testamento, burilando o seu texto para



Elizabeth Costa – Técnica: Aquarela - 1993
Da Série: Sucatas – Coleção da Artista

deixá-lo como testemunho para a posteridade, acabou o mestre por colocar em um dos pratos da balança as causas do seu desespero e, no outro, a grandeza que sabia lhe estar reservada no mundo da arte. O fiel oscilou brevemente entre a Vida e a Morte e acabou pendendo decisivamente pela primeira. O impulso de autodestruição havia sido neutralizado para sempre.

Biógrafos e peritos em estilo

que estudaram o *Testamento de Heiligenstadt* são praticamente unânimes em reconhecer ter sido várias vezes reescrito, resultando no texto definitivo que só veio a ser descoberto após a sua morte – assim como ocorreu com a também célebre carta à misteriosa *Amada imortal*. Do seu contexto sobressaem as justificativas de Beethoven para a sua prostração de ânimo e seu comportamento por vezes bizarro, a autoconfiança

na sua genialidade, a mensagem de fraternidade para os irmãos a quem legava seus bens, a atitude de desafio à morte e a comovente esperança de ter pelo menos *um dia só de pura alegria* (sic), como se pode ver dos seguintes excertos:

... *Era impossível dizer a todo momento às pessoas: 'falem mais alto, gritem, porque sou surdo'. Como poderia conformar-me com a enfermidade justamente do sentido que em mim deveria ser o mais perfeito (...) perfeição de que muito poucos desfrutaram na minha profissão. (...) Que humilhação quando alguém ao meu lado ouve uma flauta ao longe e eu nada ouço... (...) Vós, meus irmãos, ... declaro-vos herdeiros da minha pequena fortuna; dividi-a eqüitativamente entre os dois, sejam indulgentes e ajudem-se mutuamente (...) Apresso-me, com júbilo, para o meu encontro com a morte (...) Vem quando te aprouver, enfrentar-te-ei bravamente. Adeus e não me esqueçais quando eu estiver morto...*

Beethoven e Cristo no Monte das Oliveiras

Como não existe um *algiômetro* sequer para a dor física, bem mais difícil é medir a real intensidade da dor moral e da angústia. Significativo, porém, que Beethoven, assim que completou o seu ciclo iniciático no testamento (*onde mirou a própria morte*), tenha iniciado a composição, em seguida, do seu Oratório *Christus am Oelberge* (*Cristo no Monte das Oliveiras*), concluído quatro meses depois (em fevereiro de 1803). Nesse episódio bíblico, é focada

a dor derivada da angústia, reveladora da natureza humana do Cristo quando, na escura noite do Getsêmani, vivenciou o tormento indescritível da antevisão do próprio martírio. Kierkegaard, aliás, demonstra, no seu estudo sobre a angústia, que a espera de uma dor que se sabe inelutável é mais aflitiva que a própria dor. Essa é a dor que faz *suar sangue*, como eloqüentemente diz o evangelista: *Cristo estava em agonia... e aconteceu que o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra* (Lucas, 22/44).

Se Cristo no Getsêmani foi amparado por *um anjo do céu, que o confortava* (id. ib. 22/43), porque os apóstolos e seus discípulos dormiam, ao invés de *velar* (sic), como lhes pedira, o anjo de Beethoven, como este revela por duas vezes no Testamento de Heiligenstadt, foi a Música (do grego *mousiké* - isto é, a arte das musas): *...pois foi graças à minha Arte que não terminei a vida pelo suicídio* (sic).

Também é digno de nota que Beethoven, após o Testamento e a conclusão desse Oratório sobre a angústia, não mais se queixou do problema de audição: exorcizou os demônios do desespero e ouviu, através de sua surdez, o que ninguém até então ouvira: o puro fluir da música, sem nenhum outro som para contaminá-la no ato mágico da sua criação.

O Testamento de Heiligenstadt e o sofrimento como testemunho iniciatório

Dissemos que o *Testamento de Heiligenstadt* completou o ritual iniciatório de Beethoven. Con-

firma-o Maynard Solomon, na mais atualizada e completa biografia do mestre, dizendo que o Testamento é uma *despedida, o que quer dizer um recomeço (...)* um devaneio composto de heroísmo, morte e renascimento, uma reafirmação na qual Beethoven recriou-se com uma nova aparência, auto-suficiente e heróico, reafirmando a sua adesão à virtude e ao imperativo categórico.

Está correto esse enfoque, que nos compele a revisitar o clássico *O sagrado e o profano*, do romeno Mircea Eliade: a existência humana, ao ver do sociólogo, é pautada por uma série de provas na experiência recorrente da morte e da ressurreição, resultante inevitável da herança de religiosidade comum a toda a humanidade (que atinge inclusive quem consciente e racionalmente se define como ateu ou *a-religioso*, em face da herança genética do *homo religiosus* que atua permanentemente no seu inconsciente).

Aí estão, entre outras *enxenações iniciáticas*, a catarse freudiana, em que o paciente é convidado a *descer aos infernos*, ou seja, descer profundamente em si, revolver o passado e enfrentar o perigo (isto é, os seus traumas); ou os movimentos de liberação sexual, nos quais se retoma o mito edênico da ausência de ruptura



entre o prazer e a consciência moral (isto é, do pecado). É em consequência dos golpes que recebe, do sofrimento, da tortura moral ou mesmo física que sofre, que o homem continuamente *experimenta* a si próprio, conhece as suas possibilidades, toma consciência de suas forças e acaba por tornar-se, ele próprio, espiritualmente, adulto e criador. Esse processo Beethoven sofreu-o, intensamente, quando confrontado com a perda do sentido que mais prezava, tanto que se autoqualificou no Testamento como uma anomalia: um músico surdo...

E o **enfrentamento da morte** é, nesse contexto iniciatório, o desafio maior do homem, que se vê desamparado ante a sua finitude. Por isso, o *Testamento de Heiligenstadt* (na medida, repete-se, em que testamento é a *manifestação da vontade do homem que mira a própria morte*), assim que foi concebido, redigido e revisado, aliviou a pressão da angústia, liberando Beethoven da crise que o encaminhava ao suicídio.

O Testamento e o Romantismo

O romântico de qualquer parte do mundo, diz Francis Claudon, foi sempre *aquele eu que se cre único*. Essa definição se aplica ao Beethoven auto-retratado no Tes-

tamento. O texto, entremeadado de contradições, oscila entre o pedido de perdão e a arrogância, a humildade e a soberba, a autocomiseração e o orgulho. Nele se capta até mesmo aquela ambivalente rebelião antropocêntrica romântica - e.g., do *Fausto* e do *Werther* - que incita o homem a arrostar as *geenas* eternas em troca de um único instante de prazer com o objeto de seu desejo, sofrendo, em contrapartida, o remorso derivado da mesma moralidade que lhe asseguraria a bem-aventurança.

Aliás, Beethoven viveu intensamente esse sentimento de ruptura, oscilando entre a religiosidade e o agnosticismo, com uma concepção idiossincrática de Deus que mais se ajustava ao *An Die Freude* (a Ode à Alegria) de Schiller, imortalizada no último movimento da *Nona*. Deus é ali o *Pai dileto* (sic) a ser abordado diretamente sem a intermediação de igrejas, profetas ou do próprio Cristo. Mas isso não o inibiu de compor a magnífica *Missa Solemnis*, segundo a sua carta nº 1307, destinada a *...instilar religiosidade não só nos cantores como nos ouvintes* ou de voltar-se, em orações, quando aflito e angustiado, para o *Ser Supremo* (sic). Significativa essa anotação tipicamente faustiana no seu diário

(Tagebuch, 61-5): *Todas as coisas brotaram claras e puras de Deus. Se depois me tornei escuro devido à paixão pelo mal, retornei, após múltiplo arrependimento e purificação, à fonte essencial, sublime e pura: o Ser Supremo.*

Beethoven era um romântico também nas suas excentricidades e bizarrices. Os testemunhos pessoais que o retratam, como se colhe em M. Solomon, diziam ser ele *desastrado, canhestro em seus modos* (Ries), *com um olhar cheio de alegria rude* (Sir John Russel), dotado de uma *personalidade profundamente bravia e insubmissa* (Goethe), e marcado

por *uma indefinível tristeza que nenhum buril de artista poderia expressar* (Rossini). Os traços da sua máscara facial feita em vida (no ano de 1812) por Franz Klein, exteriorizam a energia do caráter nas suas feições (testa larga, queixo quadrado, sobrancelhas hirsutas, cabelos rebeldes) e há também inúmeros depoimentos sobre a

expressividade impactante de seu olhar. Também no vestir era um romântico: enquanto Haydn e Salieri vinham às recepções do Príncipe Lichnowsky ainda com perucas à Mozart, sapatos de fivela de prata e meias de seda, Beethoven cos-

tumava aparecer em roupas livres, ultra-renanas, quase desleixado (sic, Frau Bernhardt).

Abre-se aqui parênteses: quanto à sua obra, a opinião mais convergente é a de ser Beethoven clássico na forma e romântico no conteúdo. Considerando-se que os processos formais, para o romantismo, são apenas os meios para alcançar o fim, nessa ótica Beethoven é romântico, eis que, mais do que em qualquer contemporâneo seu, nele se encontra a liberdade de invenção na busca de maior eficácia e capacidade de expressão, evocando em sua arte todo o universo e todas as emoções.

Ele próprio revestia, como se viu, e às inteiras, segundo a fórmula consagrada pela estética da percepção, o *horizon d'attente* do romântico: *o sentimento de ruptura consigo mesmo, a originalidade comportamental e a busca do inesperado que, ao contrário do que ocorria com os clássicos ou renascentistas, implica a renúncia à herança, ou seja, a recusa a ser considerado sucessor de quem quer que seja.*

Embora o rigor da forma, nunca deixou de decifrá-la, deslocando-a a níveis de exigências desafiadoras de um então inconcebível virtuosismo (como, e.g., na poderosa sonata *Hammerklavier*); respeito à forma, sim, mas sempre colocando-a a serviço integral de uma inesgotável e sempre aperfeiçoada capacidade criadora.

Os legítimos legatários do testador

Beethoven se dirige, ao final do Testamento, aparentemente, aos seus dois irmãos. Mas a estrutura toda do documento nos



autoriza a conclusão de que os beneficiários não são realmente eles: é à humanidade, é a nós todos que o mestre deixa o seu legado. Eis o fecho do Testamento: *Adeus e não me esqueçais completamente quando eu estiver morto; mereço isso de vós, pois ao longo de toda a minha vida pensei frequentemente em vós e nas formas de vos fazer felizes. Que assim seja.*

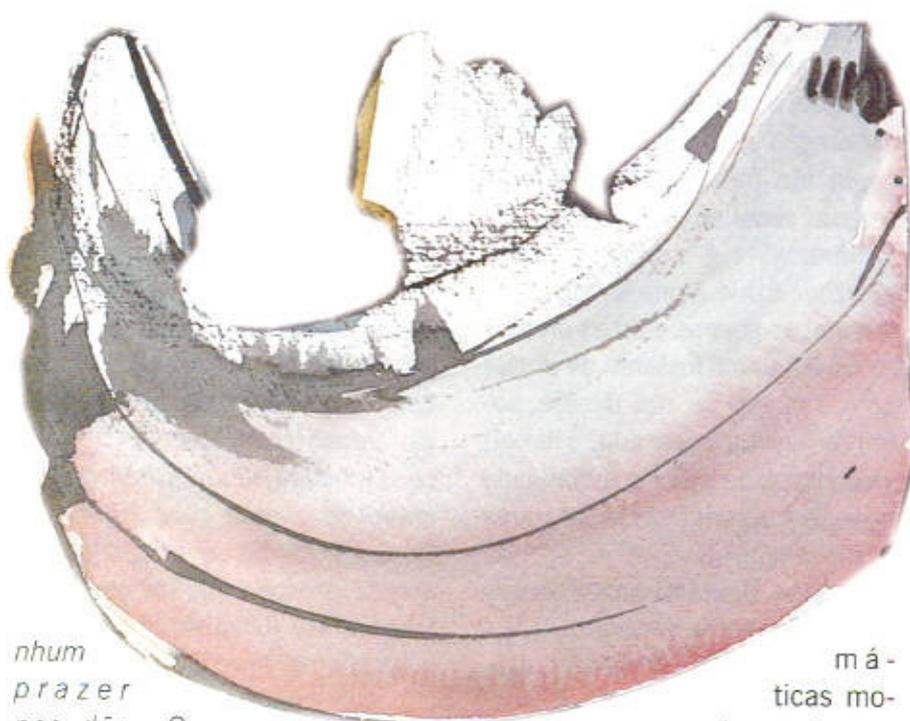
Ludwig Van Beethoven.

Examinemos, genericamente, o legado beethoveniano.

Na sua *Estética: teoria da formatividade*, L. Pareyson assinala que a obra de arte não mais depende de nada que lhe seja exterior; não depende do seu autor, pois dele se separou para viver por si mesma; nem depende de um fim ulterior, pois realizou tudo o que tinha a realizar. A obra de arte inclui um passado mas lança para o futuro: como forma, encerra um processo e inaugura novos, por ser, ao mesmo tempo, acabamento de uma formação e estímulo de transformações.

É patente - com exceções singulares, como na *Vitória de Wellington*, que Beethoven jamais cedeu à estética do momento. Elucidativa a crítica de 1799 no *Allgemeine Musikalische Zeitung*, sobre as três sonatas para violino e piano, Op. 12:

...não se pode negar que Beethoven percorre uma estrada muito pessoal: mas que estrada bizarra e fastidiosa! Erudição, erudição (...) busca pelas modulações raras, desprezo pelas combinações usuais, acúmulos de dificuldades sobre dificuldades, que só fazem perder a paciência e ne-



nhum prazer nos dão... O

crítico recomendou

que Beethoven, para alcançar o êxito, deveria canalizar todo o seu talento e aplicação para uma estrada mais natural... Eis a curta e cáustica observação de Horst-Peter Hesse sobre essa crítica e seu autor: *...Felizmente Beethoven não seguiu esse conselho!* (Glücklicherweise ist Beethoven dieser Empfehlung nicht gefolgt!).

A obra que nos legou o mestre transcende as escolas clássica e romântica, com uma originalidade sem parâmetros na capacidade de surpreender. Na sua última fase não se limita a reafirmar o permanente propósito de liberdade do artista frente às regras formais: cria um novo sistema, abrangente de todos os até então existentes, ao mesmo tempo em que prenuncia a abertura de novas formas. E embora essa nova concepção possa ser considerada como científica, pois interage com a mesma capacidade de expansão das mate-

máticas modernas, insere-

se também no plano do

gozo estético puro: os últimos quartetos não se constituem em sistemas de formalização seca, mas de reconciliação, como os conceitua magnificamente Eric Rommer.

A originalidade dos grandes músicos, segundo a crítica moderna, caracteriza-se por surpreender com uma *nota inesperada* (como fazem os neoclássicos e, entre eles, com particular sutileza, Prokofiev). Em Beethoven não há essa intelectualizada nota inesperada; quando ela surge, o é sem qualquer astúcia, numa comovente oferta à surpresa.

A progressão de Beethoven nunca estacionou. Os ciclos superaram os ciclos. Beethoven não apenas se sentia único: construiu-se único, lapidando continuamente a sua originalidade com imenso talento e uma não menor força de vontade e contração ao trabalho de criar. Tal como o Everest, por superar todas as demais montanhas,

transcende o mero referencial geográfico para tornar-se um símbolo, assim Beethoven agiganta-se entre o classicismo e o romantismo, afirmando-se como referência para além dessas duas escolas - e de quaisquer outras - no campo da criação musical.

Parafrazeando-se P. Bordiau no seu *As regras da arte*, quando da análise de *O som e a fúria*, de Faulkner, pode-se também dizer que Beethoven incorpora nas suas últimas obras todas as estruturas fundantes da criação musical e, rompendo com seus limites, engendra pressupostos e antecipações que conduzem à abertura forçada de novas concepções criativas, pela singela razão de ter esgotado todas as possibilidades do seu próprio tempo.

O Testamento, a Vida e a Morte

O *Testamento de Heiligenstadt* desnuda a dor do gênio que era antes de tudo um homem: *cedo me vi forçado a retrair-me, a viver uma vida solitária. (...) Apresso-me com júbilo para o encontro com a morte (...) Vem quando te aprouver, enfrentar-te-ei bravamente.* Nesses três excertos, as constantes são as da solidão e da morte. Mas no desafio à morte se encontra uma terceira: o grito da vida.

A solidão, não se a teme por si mesma, mas pela impressão de desamparo que provoca e pelo encontro forçado que provoca com o próprio eu, encontro inevitável quando a solidão é absoluta. Bem se diz, por isso mesmo, que *a quem menos resistimos é a nós mesmos* (Mira y Lopez). Do gran-

de psicólogo hispânico é também a advertência, agora aceita pelos tribunais aos efeitos da fixação do *pretium doloris*: *Os sofrimentos morais deveriam ser mais temidos do que as dores, pois não só são mais intensos, como seus efeitos sobre a saúde pessoal são, geralmente, mais perniciosos e permanentes.*

Já a Morte se torna objeto de espanto, segundo Mira y Lopez, na medida em que a tomamos como sinal da nossa permanente anulação, ou, mais concretamente, da perda da nossa consciência da auto-existência. E Freud diz que nos assusta a Morte pelo sofrimento da sua inesperada visita, análogo, embora no sentido oposto, ao que sentimos ao nascer.

Beethoven preparou-se para a morte; vivenciou-a. O Testamento inicial era realmente a carta de um suicida. Mas a consciência do próprio valor – e quiçá a vaidade em expressá-lo em um documento histórico, como se viu, levou à superação do impulso anulatório definitivo. Da *idéia melhor é uma boa morte que uma má vida* ao suicídio não há mais que um passo. Mas é um imenso passo... Felizmente, diz Mira y Lopez, *há uma grande distância entre a concepção e o avant-goût do suicídio e a sua resolução definitiva.* E se o autodesprezo é uma atitude tânica, ou seja, prè-mortal, o seu antídoto se encontra exatamente, diz ele, *na atitude criadora sistemática.* Essa foi a opção seguida pelo mestre.

Assim como Harold Bloom, no seu *O cânone ocidental*, vê no extraordinário poema *O velho mendigo de Cumberland*, de Woodsworth, *a indestrutibilidade da dig-*

nidade humana, expressa numa *vontade que resiste* e que por isso *preside a vida e a morte*, também se há de ver no *Testamento de Heiligenstadt* a mesma vontade resistente a presidir a vida e a morte, testemunhando a dignidade de Beethoven diante da adversidade. No *Testamento*, simbolicamente, morreu para o mundo o surdo revoltado e solitário, renascendo dele o gênio que ouvia os sons redentores da própria arte.

E aí está ela, a música de Beethoven, concreta como uma epifania em nossas vidas, na medida em que abre as portas da percepção para o belo absoluto. Concreta sim, mas etérea, na dicção poética de J. Ashbery, *como uma estrela que não temos a certeza de ter visto, à medida que a escuridão recomeça... Uma luz cujo imperativo de sutileza condena antecipadamente a figura a iluminar-se.*

* Desembargador aposentado do TJ/RS. Advogado. Presidente da Associação Mantenedora da Orquestra de Câmara do Theatrô São Pedro. Integrante do Conselho da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Professor das Escolas Superiores da Magistratura e do Ministério Público.

A Junta de Justiça, primeiro tribunal rio-grandense

Sérgio da Costa Franco*



Glenio Bianchetti – Título: Paranoá – Técnica: Acrílico sobre fundo sólido

Ao iniciar-se a ocupação lusitana do Rio Grande do Sul, em 1737, a estrutura judiciária do Brasil era ainda extremamente precária, existindo apenas uma corte recursal - a Relação do Brasil - com sede na Bahia. Mas não nos parece provável que algum processo, cível ou criminal, iniciado no Rio Grande do Sul, tenha chegado ao conhecimento do longínquo tribunal baiano. Sobretudo porque só viemos a ter justiça ordinária de primeira instância a contar de 17 de dezembro de 1751, data da instalação da primeira câmara municipal de Rio Grande. Diga-se de passagem, instalada pelo Ouvidor da

comarca de Paranaguá, que era o titular da circunscrição judiciária do extremo sul.

Ora, operando-se em meados do século XVIII a bipartição da Relação do Brasil em Relação da Bahia e Relação do Rio de Janeiro, foi esta última instalada em 15 de julho de 1752, com jurisdição sobre todas as capitanias do Sul, inclusive, obviamente, o Rio Grande de São Pedro. Destarte, no momento em que mal começava a germinar a vida civil do Continente, começou a funcionar a Relação do Rio de Janeiro, perante a qual, fora de dúvida, foram postular os primeiros recorrentes, eventualmente inconformados com as decisões

de primeira instância.

Pode-se bem avaliar o quanto seria deficiente a administração da Justiça durante o período colonial, dado que, aos juízes ordinários, eleitos pelos *homens bons*, tocava uma competência muito limitada, devendo todas as causas de maior relevo subir ao conhecimento do Ouvidor da comarca, que, depois de Paranaguá, teve sede em Santa Catarina até 1812, quando Porto Alegre se tornou cabeça da jurisdição.

Sucedida, então, desde o crepúsculo do século XVIII até os albores do século XIX - época em que o Rio Grande cresceu significativamente em população, riqueza econômica e até em área territorial - que os réus de crimes de maior gravidade devessem ser conduzidos até Laguna, onde eram julgados em primeira instância pela Ouvidoria, e eventualmente transportados até o Rio de Janeiro para enfrentar o julgamento da Relação. Esta, a partir de 1808, denominada Casa de Suplicação do Brasil. Pode-se bem imaginar a pobre eficácia dessa justiça criminal exercida à longa distância dos locais do crime.

Isso explica o pedido de providências feito pelo governador da Capitania, o Marquês de Alegrete, em 30 de março de 1816, ao qual respondeu prontamente o Rei Dom João VI, em 19 de julho do mes-

mo ano, em documento que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e que a seguir transcrevemos *ipsis litteris*:

Honrado Marquez de Alegrete, Governador e Capitão General da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Amigo: Eu EL REI vos envio muito saudar como aquelle que amo e prezo. Constando na minha Real Presença pela vossa conta de trinta de março do corrente ano, que nessa Capitania se commettem muitos e atrozes delictos com danno dos meus fieis vassallos, perturbação e offensa da publica tranquillidade e da segurança pessoal, e de que devem gozar todos debaixo da protecção das Leis; e que o motivo desta frequencia, multiplicidade e atrocidade de crimes he, alem da ferocidade e falta de civilização de muitos dos habitantes desse vasto e ainda pouco povoado território, a impunidade dos delictos, que ou ficão de todo por punir, ou se lhes impõem as penas muito tempo depois, e muito longe do lugar em que acontecerão, por se remetterem as Cadêas da Casa de Supplicação alguns Reos, que em conformidade da Lei do Reino devem ser a ellas enviados com seus respectivos Processos, onde se demorão pela concurrencia dos que nellas se ajuntão, vindo a verificar-se o castigo quando já não há memória dos delictos, e em lugar mui remoto d'aquelles em que se perpetrarão: Querendo remediar estes funestos males, estabelecendo meios com que sejam ahi mesmo punidos os Reos com a mais possível brevidade, ajuntando-se á certeza da pena a presteza da execução, e o ser presen-

ciada pelos que virão commetter os crimes, ou os ouvirão contar, o que muito evita a frequencia delles; e sendo a instituição das Juntas de Justiça hum estabelecimento mui proporcionado para se conseguirem estes uteis fins, como se tem verificado em outras Capitánias em que se achão estabelecidas: Sou servido crear também huma nessa Capitania; e será composta de vós como Presidente com voto de desempate, sempre que for necessário votar, do Ouvidor da Comarca que será o Juiz Relator, do Juiz de Fora dessa Villa, e dos Desembargadores Juiz d'Alfandega, e Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, e de algum Ministro que para o futuro se haja de crear, e dous Advogados, na falta destes, de melhor nota e probidade que vós nomeareis, ou dous Vereadores quando não houverem Advogados de boa nota, vindo sempre a ser composta de seis vogaes, e vencendo-se as condemnações de dez annos de degredo para cima, por quatro votos conformes, e por tres em todos os casos, e verificando-se a reducção nos termos do Assento de nove de Abril de mil seiscentos e nove.

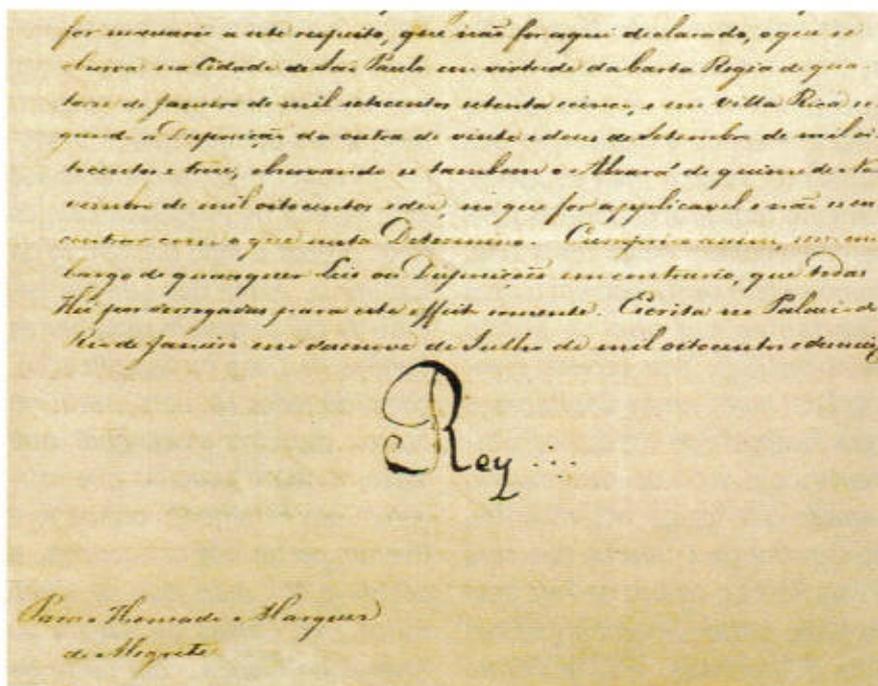
Nesta Junta que vós convocareis quando pela occurrencia dos Processos e Reos prezos vos parecer necessario, serão julgados breve e sumariamente os Reos de todos e quaesquer crimes, salvo os de Lesa Magestade de primeira cabeça, e que não forem Ecclesiasticos ou Militares que gozem de privilegio de foro, sem exepção de qualidade de Brancos, Indios, Mulatos ou Pretos, sendo primeiro ouvidos com a sua defesa em tempo breve na forma da Lei do

Reino, e as sentenças que se proferirem nesta conformidade serão executadas, sem que se suspendão jamais por qualquer motivo.

A este fim se remetterão aos Juiz Relator os Processos com os Reos prezos e todo o districto da Capitania, assim dos que em virtude da Lei se devem remetter as Cadêas da Casa da Supplicação, como de todos os mais prezos de outros delictos quaesquer que sejão, excepto aquelles que estiverem em livramento ordinario e tiverem partes que os accusem; e destes e dos mais que se livrão soltos com Cartas de Seguro ou Alvarás de Fiança, com parte ou sem ella, continuarão nos Processos os termos até agora praticados estabelecidos nas Leis. E fareis guardar em todo o mais que for necessario a este respeito, que não for aqui declarado, o que se observa na Cidade de S. Paulo em virtude da Carta Regia de quatorze de janeiro de mil setecentos e setenta e cinco, e em Villa Rica segundo a Disposição de outra de vinte e dous de Setembro de mil oitocentos e treze, observando-se também o Alvará de quinze de Novembro de mil oitocentos e dez, no que for applicavel e não se encontrar com o que nesta Determino. Cumprido assim, sem embargo de quaesquer leis ou Disposições em contrario que todas Hei por derogadas para este effeito somente. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro, em dezenove de Julho de mil oitocentos e dezesseis.

Este o inteiro teor do documento que institui o primeiro tribunal em terras do Rio Grande do Sul. Mas não se tratava de uma inovação isenta de precedentes.

artigos



Trecho da Carta Régia de 1816.
Acervo do Arquivo Histórico do RS – Documentação dos governantes – Maço 4 – CG4.
Reprodução: F. Zago – Studio Z

Segundo seu texto, inspirava-se em outras juntas já anteriormente criadas em outras Capitânicas: pelo menos em São Paulo e em Minas Gerais. Pode-se ler em Martins Júnior, *História do Direito Nacional*, Brasília, 1979, p. 129, após haver sintetizado a organização judiciária do Brasil Colônia:

Talvez seja não só conveniente, como necessário, aumentar a classificação que aí fica com as JUNTAS DE JUSTIÇA, mandadas instituir em toda a colônia pelo Alvará de 18 de janeiro de 1765. Eram as referidas Juntas pequenos tribunais compostas do ouvidor de uma Capitania e de dois letrados adjuntos, que antes mesmo do Alvará de 65 sentenciavam sumariamente em certos pontos do País.

Compunha-se a Junta Rio-Grandense de sete membros, sendo seu presidente o próprio governador da Capitania, que só votaria quando necessário desempatar

decisões, mais seis vogais, tendo como relator permanente o Ouvidor da Comarca. Especialmente escalados pela Carta Régia para funcionarem como membros da Junta foram o Juiz de Fora de Porto Alegre, o Juiz da Alfândega, que era o Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro Visconde de São Leopoldo), e o Desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, que já exercera os cargos de Ouvidor de Santa Catarina e Juiz de Fora de Porto Alegre. As outras cadeiras seriam ocupadas por algum ministro que para o futuro se haja de criar, o que logo aconteceu pela criação dos cargos de juiz de fora de Rio Grande (1816) e de Rio Pardo (1819).

O sempre objetivo Saint-Hilaire, em seu diário de viagem (em 1º/7/1820) deu notícia sobre o funcionamento da Junta de Justiça: *Antes do governo do Marquês de Alegrete, predecessor do Conde*

da Figueira, os criminosos da Capitania eram julgados no Rio de Janeiro. Mas, como nessa distante cidade era difícil reunir provas suficientes para os condenar, e como ninguém ficasse contra eles, era hábito deixá-los durante vários anos nas prisões, terminando por dar-lhes liberdade sem julgamento prévio. O Marquês de Alegrete pediu e obteve do Rei a criação de uma Junta Criminal, que se deve reunir todos os anos, composta do General, do Ouvidor e do Juiz de Fora de Porto Alegre, dos Juizes de Fora de Rio Grande e Rio Pardo, e de dois desembargadores que residem atualmente em Porto Alegre. A formação dessa junta apresenta o inconveniente de forçar os juizes de fora do Rio Grande e Rio Pardo a abandonar as funções ordinárias, distanciando-se um sessenta e outro trinta léguas de suas residências habituais. Em consequência do proverbial descaso e morosidade que se aplica a tudo quanto diz respeito à administração pública, a Junta ficou, durante muitos anos, sem se reunir, e quando se reunia era por pouco tempo. Este ano ela se dissolveu após haver julgado quatro indivíduos, entre os duzentos acusados existentes nas prisões de Porto Alegre.

Segundo podemos constatar através do exame direto dos processos existentes no Arquivo Público do Estado, sob a rubrica do Cartório do Júri de Porto Alegre, maços nºs 2 a 12, a Junta funcionou pela primeira vez em 1818. O curioso foi verificar que a Independência nacional e a própria vigência da Constituição de 1824 não estancaram o funcionamento desse tribunal especial, que operou

ainda no ano de 1832, sendo extinto como decorrência do Código de Processo Criminal deste mesmo ano.

Em ensaio que escrevemos a propósito da criminalidade do escravo gaúcho no início do século XIX, já tivemos ocasião de comentar algo sobre o desempenho dessa corte, que promoveu em Porto Alegre as primeiras execuções na forca, e que afinal não obteve a celeridade nos julgamentos, almejada pela Carta Régia de 1816. As dificuldades de reunir todos os membros da Junta retardavam a realização de suas reuniões, o que foi, repetidamente, objeto de lamentos dos presidentes da província, segundo se vê de seus respectivos relatórios.

FERNANDES PINHEIRO, na abertura do Conselho da Província em 11 de abril de 1825, não deixou de destacar que *apesar dos constantes trabalhos da Junta de Justiça na longa sessão desde 14 de abril até 23 de setembro do ano passado, da qual saíram sentenciados trinta e seis réus, tem-se depois acumulado nas prisões, e se tornava sumamente difícil uma nova convocação pela falta de três dos seus Vogais Letrados e inconvenientes da longa ausência dos seus empregos*. Tirar os juízes de suas comarcas no interior, para virem officiar na Capital, gerava os inconvenientes que Saint-Hilaire já mencionara em seu diário de 1820.

Em 1º de setembro de 1828, o presidente Salvador José Maciel, presidindo o mesmo conselho, informou os conselheiros de que, no momento, achava-se congregada a Junta da Justiça, e, por isso, julgava desnecessário que os juízes

de fora regressassem às suas comarcas para presidirem as assembleias paroquiais para a eleição de deputados. Nesse mister poderiam ser substituídos, não convindo interromper o funcionamento da Junta. E nesse mesmo sentido opinaram os conselheiros. (Atas do Conselho, fl. 66r. AHRs).

Pela ata de 20 de março de 1830, do Conselho da Província, pode-se ver que, na mesma data, achava-se em funcionamento a Junta de Justiça, e a seu respeito se pronunciou expressamente o Presidente Caetano Maria Lopes Gama no relatório apresentado em 1º de dezembro, apud Jean Roche, *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*, p. 67: *A demora das punições dos poucos réus que chegam a ser trazidos a Juízo é outra causa de animação para os delitos: a Junta de Justiça, que entre seus membros deve contar os Juizes de Fora do Rio Grande e Rio Pardo, Vilas a 60 léguas distantes desta Cidade, não pode exercer as suas funções regulamentares; e quando estes Magistrados se reúnem aqui, é sempre em detrimento dos povos de suas jurisdições*.

Queixas iguais são as do Presidente Manoel Antônio Galvão em relatório de 1º de dezembro de 1831 (op. cit. p. 80): *Encerrou a sua sessão neste ano a Junta Criminal de Justiça: releva sobre este assunto chamar a atenção do Conselho, os embaraços que oferece a freqüente convocação destas Juntas são palmares: suportam os magistrados que não têm domicílio na cidade uma despesa superior à sua renda; os povos da sua jurisdição grande falta neste in-*

tervalo; pesa sobre os poucos advogados que há quase todo o trabalho; dificultam-se as defesas, e a punição dos crimes necessariamente tardia, denuncia a organização da Junta de Justiça ineficaz em sua composição. Uma Junta permanente faria desaparecer tantos inconvenientes.

O relatório do mesmo Presidente Galvão em 1º de dezembro de 1832 é prova de que a Junta ainda funcionou naquele ano, quando já fora promulgado, em novembro, o Código de Processo Criminal, que a extinguiu. Em nossa pesquisa de arquivo não chegáramos a ver processos julgados em 1832. Mas aquele relatório não deixa dúvidas quando refere: *A Junta de Justiça instalou as suas sessões: foi tardia, e a inconvenientes que se não puderam remover antes se deve a demora. Sustenta a Nação perto de cento e quarenta presos, e em tanto monta o número quer dos que já foram sentenciados, quer dos que devem ser ainda processados*. (Roche, op. cit. p. 94).

No ano seguinte, criaram-se as primeiras cinco comarcas da Província, abria-se passo ao funcionamento do Tribunal do Júri, e a Junta de Justiça passava a ser uma página virada da organização judiciária gaúcha. Entretanto, os feitos por ela julgados, que podem ser encontrados no Arquivo Público do Estado, constituem rico material para o estudo da história social e cultural do Rio Grande adolescente.

* Escritor e Historiador.
Procurador de Justiça aposentado - RS

A penúltima

Flor do Lácio

Walter Galvani*

Estamos próximos. Tão próximos que nos espanta saber os milhares e milhares de quilômetros que na verdade medeiam entre o Brasil e a pequena ilha do arquipélago da Indonésia, lá mesmo onde encontramos Java, Sumatra e Bornéu, com tantas recordações de Emilio Salgari e outros fantásticos escritores que povoaram o imaginário infantil e adolescente de várias gerações. E de repente, lá do fundo desse imensurável estoque de recordações, emerge a ilha do Timor, com suas incríveis divisões e uma remota ligação com a Língua Portuguesa.

Renascem com seus sonoros nomes lusitanos os reflexos da aventura dos descobrimentos, aquela mesma que trouxe Cabral ao Brasil e o levou, bem como conduziu Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Luís Vaz de Camões ou Afonso de Albuquerque ao Oriente.

E assim, desfilam diante de nós Xanana Gusmão, José Ramos Horta, o arcebispo Ximenes Belo ou Manuel Carrascalão.

Mas, quem são esses Manuéis, Joaquins, Josés, Pedros, que povoam o distante país que nasceu de uma colônia antiga e abandonada e, no entanto, até hoje disputada, onde talvez o único reflexo e desbotado vínculo com a antiga metrópole seja o estropiado português lá praticado, invadido, repartido e conspurcado pelos di-

aletos locais, rivalizado pelo *tétum*, que poderia ter mais significado patriótico e nacionalista, até porque fora adotado pela Igreja Católica como a língua oficial de suas cerimônias?

Descobrimos que a nossa língua portuguesa é uma arma poderosa

E por que a escolha do português como língua oficial, por que essa decisão, já que é sabida e conhecida a influência e a importância do inglês como moderno *latim* ou esperanto, como queiram, o sonho da língua universal a um passo de concretizar-se?

Bem, mas ali estão eles a falar em Camões e Pessoa, a citar Eça de Queiroz e Machado de Assis, a lembrar Guimarães Rosa, o Brasil e Portugal. A invocar a irmandade com Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e de certa forma o enclave de Macau, que também este, incrustado em plena China, serve de ponte com a Europa, com os quinhentistas e seiscentistas, com Gil Vicente e com os *homens de grandes narizes*, os navegadores cristãos.

Descobrimos que a nossa língua portuguesa, esta mesma que

acutilamos e atropelamos diariamente, é uma arma poderosa da cultura e da comunicação que nos integra, sim, e nos carrega até o coração, até a emoção de gente que tenta construir seu pequeno país, com liberdade de escolha religiosa, política e racial, com direitos e deveres e com expectativas.

Sim, com diferenças. Assim como falamos hoje aqui, com nossa contribuição original e inequívoca e com nossa pronúncia inegavelmente vinculada à língua do tempo de Pero Vaz de Caminha e seus contemporâneos.

Também eles, lá no Timor Leste, o que lhes sobrou da derrocada de 1975, quando os indonésios arrasaram o que encontraram pela frente na ânsia da sua incorporação num grande projeto de expansão, tentam com tijolos, areia e sonhos construir o seu país, usando o cimento da língua portuguesa.

É uma obra e tanto.

E uma lição para nós.

Mas não foi fácil, não, desde o início, até porque o Timor Leste não tem muito a agradecer aos colonizadores portugueses, a não ser talvez a sorte de que o cristianismo lhe proporcionou um traço de unidade nacional que acabou servindo notavelmente na hora da independência.

Os padres sempre lá estiveram muito presentes. Com as mis-



Paulo Porcella – Título: Mutações, 1996 – Acrílico sobre tela
Acervo do Museu de Arte Ruth Schneider – Passo Fundo – RS

sões, que começaram a chegar logo depois da primeira visita dos navegadores, isso em 1520. Foi quando lá arribaram, na esteira dos comerciantes em busca de sândalo. E, os missionários, de futuros cristãos.

Ao longo dos 450 anos de ocupação não fizeram muito pela promoção dos nativos. Abrigaram imigrantes chineses ricos, receberam mesmo indonésios de outros setores do arquipélago ainda não

constituído na grande nação de hoje, e nem sequer tiveram tempo de consolidar seu domínio e permanência, sem lutas contra inimigo europeu poderoso e perigoso: a Holanda.

Por três anos, durante a Segunda Guerra Mundial, sustentaram uma resistência contra os invasores japoneses. E desde o dia 7 de dezembro de 1975, a Indonésia com seu exército, suas armas mortíferas, seu napalm e seus

foguetes terra-terra e terra-terra, aliás, fornecidos pelo Brasil.

Mesmo assim, todas essas guerras desestruturadoras e destroçantes não acabaram com as belas escolas católicas de Saibada, Maliana, Ossu e o seminário de Dare. Ramos-Horta diz que ao papel da Igreja se deve o pouco que o Timor Leste teve de riqueza intelectual, espiritual, moral e religiosa.

Afinal, o que é o Timor?

Uma ilha situada entre o sudoeste asiático e o Pacífico Sul, que ficou dentro das posses de Portugal pela continuidade do traçado (nunca demarcado) de Tordesilhas. Está dividida em Timor Oeste (geralmente considerado como a parte legítima da Indonésia) e Timor Leste (Timor Lorosae), ocupado desde 1975 pelo regime vizinho, com 18.899 quilômetros quadrados, constituído pelo enclave de Oe-Cusse (na costa norte da parte ocidental), pela ilha de Ataúro (a 23 km de Díli, a capital), o ilhéu de Jaco (separado por um canal da ponta leste) e a metade oriental da ilha de Timor.

Tem uma agricultura rica, mas tem também, e esta é a razão de tanto interesse indonésio e internacional pelo território, importantes reservas petrolíferas. Aliás, a Austrália, que hoje posa de protetora dos direitos timorenses, assinou um acordo em dezembro de 1989 para

dividir com a Indonésia o direito de explorar o petróleo do Timor. Em 1991, Portugal iniciou um procedimento legal contra este tal acordo junto ao Tribunal de Haia. Vamos ver se os timorenses acabam se beneficiando com o que é seu.

Mas é sempre difícil a história das minorias. A denominação Timor Leste e Oeste nasceu de uma simples linha riscada a lápis no célebre mapa-múndi de Mercator, o grande geógrafo e matemático flamengo que criou no século XVI a representação em mapas do mundo com paralelos e meridianos. Curioso que tal linha virtual acabou aceita e predominando durante séculos, até permitir essa eclosão de nacionalismo, justo quando parecia que os nacionalismos entravam em agonia para, quem sabe, começarem a expirar no século XXI...

Já não sei se isso sucederá, muito menos com o Timor.

Conta a lenda que em tempos que já lá vão, vivia na ilha Celebes um crocodilo muito velho, tão velho que já não conseguia caçar peixes no rio. Certo dia, apertado pela fome, decidiu arriscar-se nas margens atrás de algum porco distraído. Tanto se arrastou que perdeu as forças e caiu, exausto, em meio à vegetação. Um rapaz simpático e forte dele teve pena e levou-o de volta à água.

Em retribuição pelo salvamento, o crocodilo ofereceu-se a transportar o jovem às suas costas, sempre que quisesse navegar. Isto não impediu, no entanto, que, sentindo fome outra vez, não se lembrasse de comer o companheiro que o salvara. Antes, porém, quis ouvir a opinião de outros ani-

mais e todos se mostraram indignadíssimos: 'devarar quem o salvara? Que ingratidão!'

Envergonhado e cheio de remorsos, o crocodilo partiu para bem longe, para recomeçar a vida onde ninguém o conhecesse. Como o rapaz, afinal de contas, era o único amigo que ele tinha, convidou-o para viajar uma vez mais, dizendo: 'Vem comigo à procura de um disco de ouro que flutua nas ondas perto do sol nascente. Quando o encontrarmos seremos felizes para sempre!'

Os timorenses escolheram o português neste ano 2000 para ser o seu idioma

Mais uma vez viajaram juntos e tanto nadaram que à certa altura o crocodilo percebeu que suas forças não lhe permitiam continuar. Deteve-se um instante e logo seu grande corpo cresceu e se transformou numa ilha magnífica.

O jovem transformou-se imediatamente num adulto e verificou, encantado, que trazia ao peito o disco de ouro com que sonhara o crocodilo. Percorreu então lentamente as praias, subiu às colinas, andou pelas matas e resolveu que ali ficaria para sempre. Deu à ilha o nome de Timor, que significa Oriente.

Toda a beleza da lenda, que esconde em seu subtexto a certeza dos valiosos recursos que o Timor abriga, ajuda a contar, seja em dialeto maubere, tétum ou em português, o porquê de tanto apego a tão pouca terra.

Nos episódios de 1999, os

timorenses mostraram do que são capazes, morrer aos milhares por sua ilha encantada, e escolheram o português neste ano 2000 para ser o idioma de comunicação e acesso ao mundo desenvolvido, porque só aí encontraram resquícios daquela riqueza intelectual de que nos fala Ramos-Horta, ele e Ximenes Belo alçados à situação de reconhecimento internacional com o Prêmio Nobel.

Trata-se do mais alto e político certificado, no bom sentido, que a comunidade universal sabe conceder. Por ironia, com o que sobrou da fortuna do homem que inventou a dinamite e até para resgatar o nome de Alfred Nobel dessa culpa eterna.

E foi assim que a FRETILIN (Frente Revolucionária para um Timor Leste Independente), assim mesmo com essas consagradoras iniciais em língua portuguesa, enfrentou a APODETI (propugnava a união com a Indonésia) e a UDT (União Democrática Timorense), que advogava a reintegração com Portugal.

Por isso tudo, a última floração do Lácio, a *inculta e bela* língua portuguesa acabou ganhando uma oportunidade a mais para mostrar sua força, sua respeitabilidade e seu poder revolucionário.

É uma ótima lição, para que seja muito bem aprendida, em especial em Portugal, mas muito mais no Brasil e nos demais irmãos que deploram muitas vezes, com lamentável indignidade, o fato de não estarmos *colonizados* (ainda...) pelo inglês.

* Escritor e Jornalista. Autor do livro *Nau capitânia*, Editora Record, 1999.

narrativas

Uma menina

José Clemente Pozenato*

É um domingo de sol brilhante, de primavera. Mas o inverno não se desfez de todo. O vento que varre as nuvens e algumas folhas secas pela calçada é ainda frio. Apesar disso, o ar das pessoas, ou por causa do sol, ou do domingo, ou de ambos, é quase de festa. Encosto o carro no meio-fio e, quando abro a porta, dou com um par de olhos grandes e castanhos, tão claros como a manhã. É uma menina, tem o casaquinho de malha cor-de-rosa e calça um tênis sovado. Penso que deve ter uns sete ou oito anos, mas podem ser apenas cinco ou seis, ou também nove ou dez.

As meninas pobres nunca mostram a idade. Tanto podem ter mais anos do que aparentam, porque as agruras da vida as envelhecem de modo precoce, como ter menos, porque talvez não tenham comido o bastante para crescer. Mas essa menina tem a pele lisa, as bochechas coradas, deve ter a idade que mostra, uns oito anos de infância querida, que os anos não trazem mais. Ela me pede um troco para comprar comida, num tom de voz que custo a definir. Não é o tom choroso do pedinte, que quer parecer sofrido como realmente é. Nem o tom exigente e duro dos revoltados com a vida. Fala sem nenhuma teatralidade, daquela pequena teatralidade que a vida ensina a usar, mesmo nos íntimos momentos da dor ou do amor. Fala pois com inocência, a mesma dos olhos.



Alice Soares – Título: Menina, 1955
Nanquim e aguada sobre papel
Acervo da Pinacoteca Aldo Locatelli

Digo a ela que não tenho troco, como de fato não tenho.

Vou até o bar, digo ainda, e na saída terei algum dinheiro miúdo para dar. A menina sorri. Não parece ter ficado desiludida com não ter ganho nada, nem mostra a descrença de quem imagina estar sendo enganado. Sorri, apenas, tem todos os dentes ainda, e com certeza também todas as esperanças. Entro no bar e na roda de amigos, bebo alguma coisa, converso, mas uma pressa me pede para sair. Digo que tenho um compromisso e saio para a rua. A menina não está ali me esperando e fico um pouco decepcionado. Ela não acreditou na minha promessa, ela já não confia em promessas, penso desiludido.

Ando na direção do carro e

então vejo, no fim da quadra, o casaquinho cor-de-rosa saltando de cá para lá. É ela, a menina, brincando com um cachorro. Caminho até lá e paro a alguns metros da cena. Há ali uma mulher também olhando, com duas crianças ainda menores que a minha menina, e mais uma no colo. Deve ser a mãe. Espero que a menina perceba a minha presença, mas não. Brincar com o cachorro é tudo o que ela quer agora. Se tem fome, esqueceu a fome. Ou a mãe já resolveu esse problema.

Dou-me conta de que estou sendo um pouco ridículo, ali parado, porque um homem passa por mim, olha-me, olha a menina com o cão, e faz um sorriso que não descubro se é de complacência ou de descaso. Resolvo me afastar. Ando alguns passos, mas não resisto a olhar para trás. A menina agora me vê. Vai vir ao meu encontro, penso reconfortado, cobrar a promessa que lhe fiz. Mas ela apenas abana, com um gesto rápido, e torna a pular com o cachorro.

Eu sou menos importante que o cachorro, qualquer coisa que eu tenha é menos importante. O cão, também encontrado na rua, deve ter dado a ela uma atenção maior que a minha. Ergo a mão, que a menina não chega a perceber, e vou embora. Talvez nunca mais a torne a ver, e vou ficar com mais essa promessa por cumprir. Vou ficar com mais esse encontro que não chegou a ser encontro. Como tantos outros encontros frágeis, às vezes não maiores que uma troca de olhar, mas que ficam enterrados no solo da alma, latejando, querendo vir cá fora, à luz brilhante do sol.

* Escritor, autor de *O quatrilho*, entre outras obras. O presente conto é inédito.

Itália

Itália era uma mulher vigorosa, sem ser gorda conduzia braços encorpados e ancas nutridas, grandes seios. Saía pouco de casa e o fazia para as compras, realizar serviços domésticos em residências onde as esposas estivessem doentes (ocasião em que pareciam esquecer suas atividades proibidas), para passear em Castrovillari ou Campotenese.

Sua casa contava com três peças, e por isso dizia-se rica: o seu quarto, onde nem Jesus Cristo entra; o aposento do pecado (conhecido pelos homens como *purgatório*) e a cozinha que também era sala.

Os fregueses esperavam na sala evitando cruzar olhares e, à sua vez, ingressavam no *purgatório* onde tratavam apressados da libido, sem direito a beijos, lambidas e muitas apalpadelas; luz acesa para evitar que o malcheiroso dormisse.

Esse ambiente desfavorável à ilusão causava constrangimentos e alguns clientes murchavam, a arma não engatilhava, o tiro não espoucava. Contudo, ninguém nunca reclamou:

puta, só havia uma, Itália.

Certa vez Padre Anchico nutriu o esperançoso intuito de conquistar aquela ovelha desgarrada. Considerando que suas vociferações no púlpito em nada modificaram a performance da mulher, optou em visitá-la.

Ao pisar a soleira da porta viu que ela estava sentada num banco descascando batatas, a bacia no chão entre as pernas, o vestido tapando os joelhos, mas empurrado contra o corpo. Fosse ele homem... digo, homem leigo ... a cena serviria como estímulo.

Padre Anchico congelou.

Itália desatou a rir, primeiro vagorosamente e baixinho, quase cacarejando e, sempre olhando a figura encravada na abertura da porta, os sapatos enormes, sujos e descoloridos, a longa e surrada batina preta repleta de botões, imaginou a demora para abrir aquela roupa, botão a botão, e o que teria por baixo? cueção? já pensou uma diarreia? o riso avolumando, desabrochando em gargalhadas. Depois menos, o cacarejo, a expectativa.

Este não é lugar para o senhor, Padre.

Padre Anchico lembrou Maddalena, a mulher bíblica, afiançou que

José Carlos Laitano*

lugar de padre é menos a sacristia e sim o lugar do pecado, para joeirar os vícios, redimir as almas ... quando o pecador aceita a Redenção.

Não era o caso de Itália.

Encare de outro modo, padre.

Se não existirem as mulheres como eu, como poderão realizar seus desejos os mal-amados, os solteiros e os maridos de frígidas? Homem é garanhão, nasceu para montar fêmeas, gerar filhos e dar continuidade ao mundo. De manhã acorda com o tesão do mijo, o resto do dia com tesão de mulher. Sexo é sexo, padre.

Uma paroquiana passou pela rua e disse, às costas do sacerdote: *buongiorno, Padre* - aquele *buongiorno* soou como interrogação, reprimenda, e Padre Anchico deu-se conta do erro cometido. Se esta coitada renega a Salvação, cabe orar pelo milagre.

Afastou-se quase correndo.

Excerto do romance *Bianca di Morano*, Editora Movimento, 1999.

*Juiz de Direito aposentado - RS.

Diretor Cultural da Associação dos Magistrados Brasileiros e Vice-presidente da Associação Gaúcha de Escritores. Obras solo publicadas: *Minha mulher chamava-se Jarbas* (1989), *Crônica da paixão inútil* (1992), *Jogo do passa-conto* (1995), *Bianca di Morano* (1999).
e.correio: joselaitano@terra.com.br
<http://laitano.cjb.net>

Posições

Adroaldo Furtado Fabrício*

Lá pelos fins da década de cinquenta, Desidério, peão de estância, andou se engraçando com uma chinoca da vizinhança, filha de um agregado da fazenda, e acabou atrapalhado: a moça parece que era virgem e *de menor*; e o galã foi processado por sedução.

Na audiência de interrogatório, teve de relatar, extremamente constrangido e encabulado, como é que as coisas se passaram. Contou que encontrara a guria em um fandango, dançaram juntos o baile todo, namoraram e saíram juntos, ele acompanhando-a a casa. Como ele era conhecido dos pais da moça, que aparentemente *faziam gosto*, estes se adiantaram na estrada, não se importando que os dois jovens fossem ficando mais para trás, fora do alcance de suas vistas.

– E aí, doutor, aconteceu ...

– Aconteceu o que, seu Desidério?

– Pois é, doutor, isso que o se-

nhor leu aí no papel ...

Mas o juiz era detalhista, até porque precisava definir bem as circunstâncias e pormenores para caracterizar ou não o delito imputado. E foi perguntando o de sempre: se já namoravam antes, se havia cogitação de casamento, com que palavras ele pediu para a guria, se ela acedeu logo ou relutou, quem tirou a roupa de quem, se tiraram toda ou só o necessário... A muito custo, o magistrado ia arrancando as respostas, o réu suando muito, olhos cravados no chão, remexendo-se na cadeira como se ela o queimasse, mortalmente embaraçado.

– E daí, seu Desidério, como é que se ajeitaram? Deitaram no chão?

– Não, senhor ...

– Foi de pé, então?

– Não, também não ...

– De quatro, seu Desidério?

– Capaz, doutor, imagine ...

isso é coisa de bicho ...

O doutor juiz, cujo repertório

na área não era dos mais ricos, não achou outras possibilidades a sugerir e, já um pouco impaciente, em tom cada vez mais imperioso, insistia em que o interrogado indicasse a exata posição da *conjunção carnal*:

– Olha, seu Desidério, se não foi de quatro, não foi de pé nem foi deitado, então como é que foi?

– Pois é, doutor, foi ansim (mostrando com a mão e o antebraço em posição inclinada) ... Não vê que a estrada tinha um barranquinho, *ansim* ...

* Desembargador aposentado - RS (affabricio@cpovo.net)

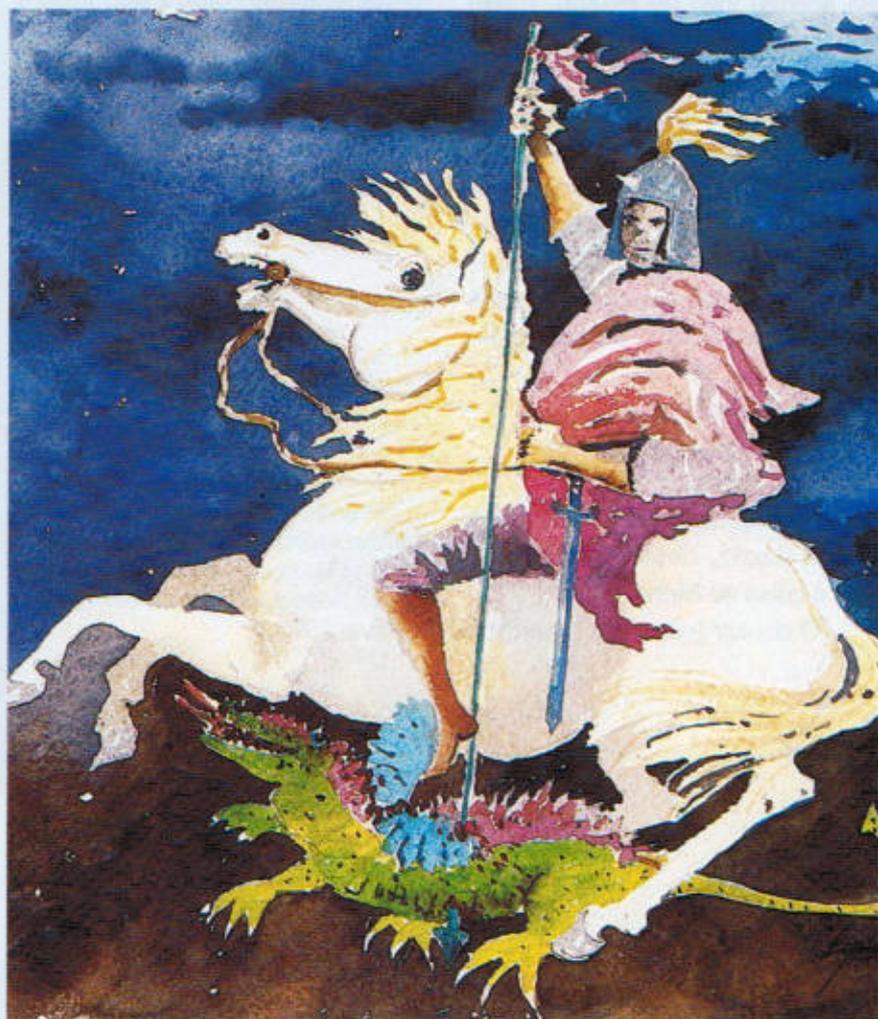
Do livro *Causos da Bossoroca e de outras querências*. Porto Alegre, AGE Editora, 1999.

narrativas

O anjo e o dragão

A noitecera bruscamente sob um céu coberto de nuvens escuras. As pessoas foram surpreendidas na rua das mulheres e regressavam apressadas a seus destinos. Às margens do rio alongavam-se sombras entre as pilhas de lenha. Nenhum pescador noturno fora se colocar junto à margem. Apenas a carrocinha do cachorro-quente lá estava, em seu ponto, sob o poste de luz, ainda apagado.

O Corcunda ficou abrindo uma carteira de cigarros à porta do bar A Mão de Deus. Cuspia, vez que outra, para as lajes da calçada e seu olhar parecia perder-se muito acima da paisagem da rua, dirigindo-se para os lados do Menino Deus, enquanto os dedos longos e amarelados pela nicotina rompiam o maço de cigarros. Em que estaria pensando? Coçou o entrepernas, num gesto habitual e distraído. De-



Eduardo Guimarães – Técnica: Aquarela

Nathaniel Guimarães*

pois andou devagarinho em direção ao sobrado amarelo, pensando em falar com a Velha.

Enchia-se de ódio sereno, antegozando o prazer de ponteá-la mesmo enquanto durasse a novela radiofônica. Antes de subir a escadaria pensou na Menina e logo sacudiu os ombros, indiferente. Pouco estava ligando para os problemas da Menina, que estava ali, no seu quartinho com o sexo ardendo de recém-desvirginada. Tinha raiva da Velha e da Menina. Odiava a vida, amava a noite, a tempestade que se aproximava, o rio com seus odores fétidos. E no escuro o seu dente de ouro expelia reflexos irreais.

A Velha acabara de ligar o rádio antigo e estava esperando, pacientemente, que as descargas elétricas da estática abrandassem para fazer rodar o dial e sintonizar a estação desejada. Ela percebera a chegada do Corcunda, mas fingiu ignorá-lo, curvada sobre o rádio. Às vezes dava pequenas batidas nele com a mão de punho cerrado, ao que o aparelho respondia com alguns estalidos. Um fio de voz e música de fundo surgiam através do pano empoeirado acima do mostrador de luz amarela. O Corcunda sorria, a mão coçando o sexo, displicentemente.

– Mercedes já chegou?

A Velha ouvia, mas fingia-se distraída, concentrada na sintonia. E a pergunta do Corcunda ficara no ar, sem resposta. Os estalidos continuavam, a pergunta não era respon-

dida e a cortina musical prosseguia.

Não fora ele, claro. A Menina era apenas uma pobre alma pisoteada e abandonada por todos. Mas ele não tinha a coragem necessária a um tal ato. Sentado, olhando fixo para aquela merda de São Jorge a espetar o Dragão, amargurou não ter sido ele o autor daquela malvez e ainda estava sentindo satisfação ao imaginar que a Menina tinha o sexo ardendo como brasa. Aquele defloramento não teria modificado o mundo da rua das mulheres.

– Uma coisa incrível aconteceu com aquela Menina – falou o Corcunda sacudindo a caneca de alumínio à procura de restos de café frio, como gostava de beber a qualquer hora.

A Velha ergueu finalmente a cabeça em direção ao Corcunda e o encarou com seus olhos cinza-esverdeados. Era um olhar frio e expelia a maldade que transformara seu rosto com o passar do tempo, construindo faces cobertas de rugas e manchas escuras. Os cabelos formavam uma coroa resplendente ao redor de sua cabeça, iluminada pela luz avermelhada de São Jorge matando o Dragão.

– Larga aquela menina! – rouquejou a Velha e aproveitou para dar nova pancada no rádio, que afinal emudeceu.

– Merda – aduziu a Velha, que ficou dando batidas seguidas no aparelho, que não mais retornou a funcionar. A luz amarelada do mostrador, afinal, apagou-se. O trovão fez tremer o quarto e o corpo da Velha.

O Corcunda estava feliz, pelo menos satisfeito com o silêncio do rádio e também porque os seus cuidados com a Menina já não adiantariam mais, pelo menos quanto à preservação da virgindade, que es-

tava irremediavelmente perdida. E ele sabia que aquilo não tinha expressão nenhuma. O que era um hímen rompido, ali na rua das mulheres? Mais cedo ou mais tarde, quem daria importância àquela Menina, que no passar do tempo estaria igual a todas as outras? Dava de ombros enquanto sorvia os restos de café que encontrara dentro de uma garrafa de leite. Foi nessa hora, precisamente, que ele ouviu o pio da coruja junto ao peitoril da janela. Sobressaltou-se e olhou para a Velha, que agora conseguira fazer o rádio voltar a funcionar em pleno capítulo da novela. A Velha, então, concentrou-se, esquecendo a Menina, o Corcunda e o pio da coruja.

A trovoada ronronava ao longe, além do rio.

Em seu quarto Mercedes passa as mãos pelas coxas alvas, alisando-se. Está deitada sobre a grande cama, iluminada apenas pela lâmpada votiva de São Jorge e o Dragão, as pernas abertas, invocando uma penetração, tomada pelo espírito do mal. Teria ouvido o pio da coruja? E quando o Corcunda chegou, virou-se de bruços, a grande bunda rosada bem sob a luz, as pernas abertas, provocando o Corcunda.

– Venho trocar os lençóis! falou o Corcunda com voz sumida.

– E o Mansidão? – indagou a mulher.

– Morreu. Tuberculose – explicou o Corcunda procurando esconder a satisfação.

Mercedes não respondeu, virou-se e bateu com a mão espalmada sobre a cama, num significativo sinal para que o Corcunda se sentasse ali. Talvez pretendesse conversar, falar sobre o Mansidão, a Menina, saber novidades. O Cor-

cunda tornou a coçar o sexo, largou os lençóis e sentou-se, suspirando fundo, e tocou acidentalmente a coxa da mulher que se enrolou precavida.

– Fostes tu, desalmado?

– Bem que eu gostaria. Ia ser uma furada boa!

A Menina veio parar na rua das mulheres por engano, fora uma distração de parte do sargento Jacinto, que deveria tê-la apresentado no Juizado. Como era mesmo o nome dela, indagou-se? Viera da região da serra para a casa de uma parente e se perdera na rodoviária. Foi encontrada tomando cerveja com uns morenos de Soledade. Chamava atenção por rir muito alto.

O Corcunda tinha ímpetos de rasgar as coisas. Não fora ele, claro. Tinha consciência de ser apenas uma pobre alma, como dizia o Homem dos Cachos. Não tinha coragem, era apenas também uma alma espezinhada por todos. Mas sentia que havia nele aquela vontade malévol, sem nenhuma coragem.

Sentado ao lado de Mercedes, sentia o calor do seu corpo de mulher da vida, mistura de desinfetante e pó-de-arroz. Ficou olhando São Jorge, amargurando-se em não ter sido ele o autor daquela malvez.

– Merda de santo – exclamou.

* Desembargador aposentado - RS
Conto do livro inédito *O anjo e o dragão*

Confissões

ao pé da morta

Mário Romano Maggioni*

A minha magra era de uma ternura sem limites. Ela não possuía seios. Não possuía nádegas. Nem coxas. Braços esguios semelhantes a fios que se traçam nas folhas. Tinha olhos. Tinha cabelos. E mais do que tudo tinha noção profunda da vida e da morte.

A minha magra já se vacinara contra a expectativa do viver. Vacinada, nada mais importava. Só havia rins estragados no mundo. Hemodiálises. Transplantes de rins. Visitas a enfermos transplantados. A vida era só a expectativa da doença. O viver era a morte de cada dia. *Eu era uma morta-viva* – disse-me ela. Eu chorei. Ela quase chorou.

Eu, cansado da vida. Enjoado dos dias que passam e se arrastam. Os rins saudáveis. A máquina Ok. Pernas. Braços. Coração. Estômago. Cérebro. Pulmão. Tudo funcionava. A expectativa da morte era a falta da expectativa do que viver. Era a náusea entorpecente do convívio humano. Eu era o ser vazio que sobrevive.

A minha magra, de repente, olhou-me. Eu me deixei olhar. Fez de mim seu sonho. Ficou comigo noites sem sexo porque na barriga ela trazia bolsas que impossibilitavam o ato. Sorriu-me todas as vezes que me encontrou. Descobriu na calçada um germenzinho que era mais do que a morte de cada dia. Achou lindo o meu calor. Roubou-

me um pouco de minha energia através das mãos. Havia estradas além dos rins estragados. Caminhos e trilhas por andar. Uma criança nova. Na nova aurora. No novo dia. Na nova vida. Eu era o pai da criança – ela me falou, encostando-se a mim. *Você gerou vida na morta-viva* – ela me falou.

Os corpos encostados não se abraçaram. Não houve sexo. Eu disse que os limites do sonho e da realidade muitas vezes são ingratos. A minha magra continuou sorrindo para mim. Fugi-lhe do sorriso e ela sorriu. Pisei no germenzinho. Não lhe dei meu calor. Abortei-lhe a criança nova. Devolvi-lhe os rins estragados.

A minha magra jaz no esquife. Jaz magra. Jaz sem seios. Jaz sem nádegas. Sem coxas. Com braços esguios e olhos e cabelos. Jaz morta, como fios que se traçam nas folhas.

Acho que eu lhe borrei o sonho. Roubei-lhe a ternura sem limites. Sei tão pouco da vida e da morte. Acho que eu sou o pai de um suicídio. Eu, cansado da vida. Enjoado dos dias que passam e se arrastam...



Ieda Maria F. Dellandréa
Técnica: Aquarela

* Juiz de Direito
Capão da Canoa - RS

E veio de

vereda

Ícaro Carvalho de Bem Osório*

Comarca de Frederico Westphalen, 1989. Recém-chegado, assumindo a 2ª Vara, aceitei convite do colega, hoje já jubilado, João Abílio de Carvalho Rosa para integrar a junta eleitoral, ao lado do colega da justiça do trabalho, Milton Varela Dutra.

No dia do pleito fizemos o itinerário de cada um para visitas às seções. Na condição de mais novo na Comarca, por evidente, a mim sobram as seções do distrito de Castelinho, distante alguns quilômetros por estrada de chão.

Num carro da prefeitura, fomos o motorista e eu. Antes, apanhamos duas senhoras que tinham seus títulos naquelas seções, uma delas grávida..

O calor era medonho e a estradinha mais ainda, sem falar na poeira (ou na polvoadeira, como alguns dizem). Eu bem sentado no banco da frente, devidamente identificado por crachá e carregando envelopes com as instruções do TRE. As duas senhoras no banco de trás.

Depois de meia hora de ziguezagues chegamos na localidade. Num coleginho estava uma das seções. Ao chegarmos, os mesários, gente simples, receberam-me como se eu fosse um almirante-de-esquadra, tamanha a reverência e o respeito. Fiquei meio constrangido com a atitude, mas compreendi.

Vistas as seções, acho que duas, e votadas as senhoras, pusemo-nos a retornar. E lá foi o golzinho a toda pela estradinha de

chão cheia de curvas. Naquelas alturas estávamos marrons de pó, colado no corpo suado pelo calor escaldante.

De repente um gemido no banco de trás. Pronto, estava feito o estrago. A senhora grávida despejou todo o conteúdo do seu estômago no banco. O motorista, meio atrapalhado, conseguiu parar próximo a um barranco. Tratei de descer do carro, quando então vi que alguns respingos tinham me atingido, poucos, felizmente, mas suficientes para um desconforto.

A outra senhora atendia a enjoada enquanto o motorista limpava o banco. Este, o motorista, resmungava e dizia: *mas vizinha, por que a senhora não pediu pra pará?* E aquela só o que dizia era: *mas veio de vereda, vizinho, veio de vereda!*

Limpo o carro e ajustada a senhora enjoada seguimos viagem. Mesmo com as janelas abertas, o cheiro no carro era bem ruinzinho. Minutos depois, constatei que não estava mais de crachá, concluindo que tinha caído quando paramos. Sem meu crachá eu não ficava, não mesmo, até pelo temor de ser mal usado por alguém, pelo que determinei ao motorista que retornasse. Voltamos lá e enxerguei ele no chão, perto de umas pedras.

Enquanto descia do carro, uma danada de uma galinha resolveu passar a bicar o crachá insistentemente. Quando me aproximei, aquela desgraçada entendeu de pegá-lo no bico e sair em desabalada corrida. De

pronto, ordenei que parasse, sem qualquer sucesso, evidentemente. A ordinária - certamente que para me provocar - adentrou num milharal e eu não me fiz de rogado e fui atrás, meio que subindo o barranco.

Por sorte, ela deixou o crachá cair e seguiu sua esvoaçante corrida plantação adentro. Peguei minha propriedade e voltei para o carro, onde os passageiros atônitos me olhavam. Sem qualquer comentário, disse ao motorista: *Toca pro fórum, ligeiro.*

Enfim, chegamos ao fórum, não sem antes deixarmos as senhoras em suas casas. E eu, furioso, molhado de suor, completamente empoeirado e meio vomitado, mas agarrado no meu envelope de instruções e com o crachá bem preso na camisa, adentrei no gabinete do João Abílio. Lá encontrei o distinto colega em companhia do não menos distinto colega Milton. Ambos, confortavelmente sentados, com boa aparência, com o ar condicionado ligado e bebericando café, me viram e disseram: *Ah, chegaste!*

Naquele instante só pensei quão prazeroso seria estrangular os dois.

Deixo registrado que, por um bom tempo, conservei o dito crachá como prova material do episódio, acabando por se extraviar numa das várias mudanças que fiz nesta peregrinação pelo interior do Estado.

Em que pese a experiência, típica de filme pastelão, minha passagem por Frederico Westphalen foi gratificante, tanto que dela sou, orgulhosamente, "Cidadão Ilustre" e a ela sempre me refiro como "minha comarca do coração", e dessa afirmação todos os meus colegas são testemunhas.

* Juiz de Direito
Porto Alegre - RS

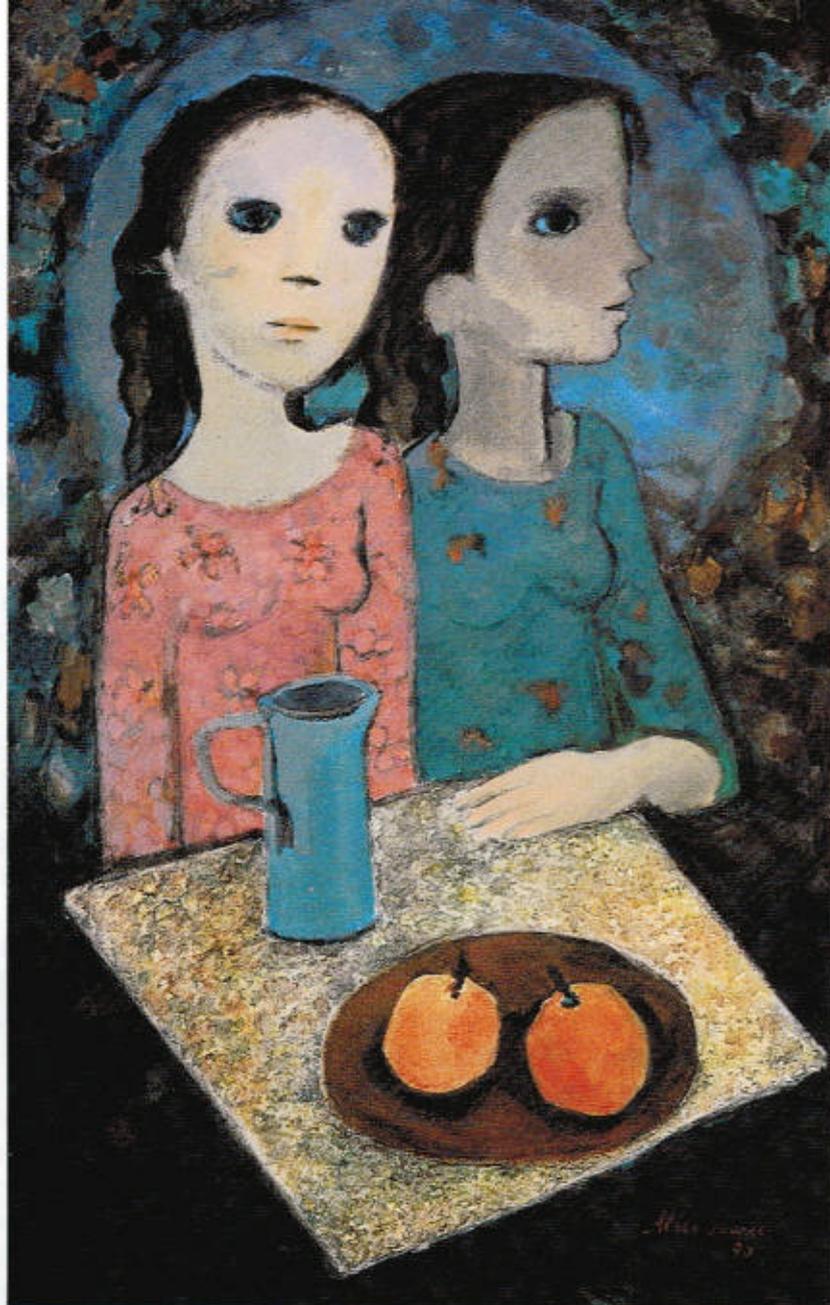
galeria

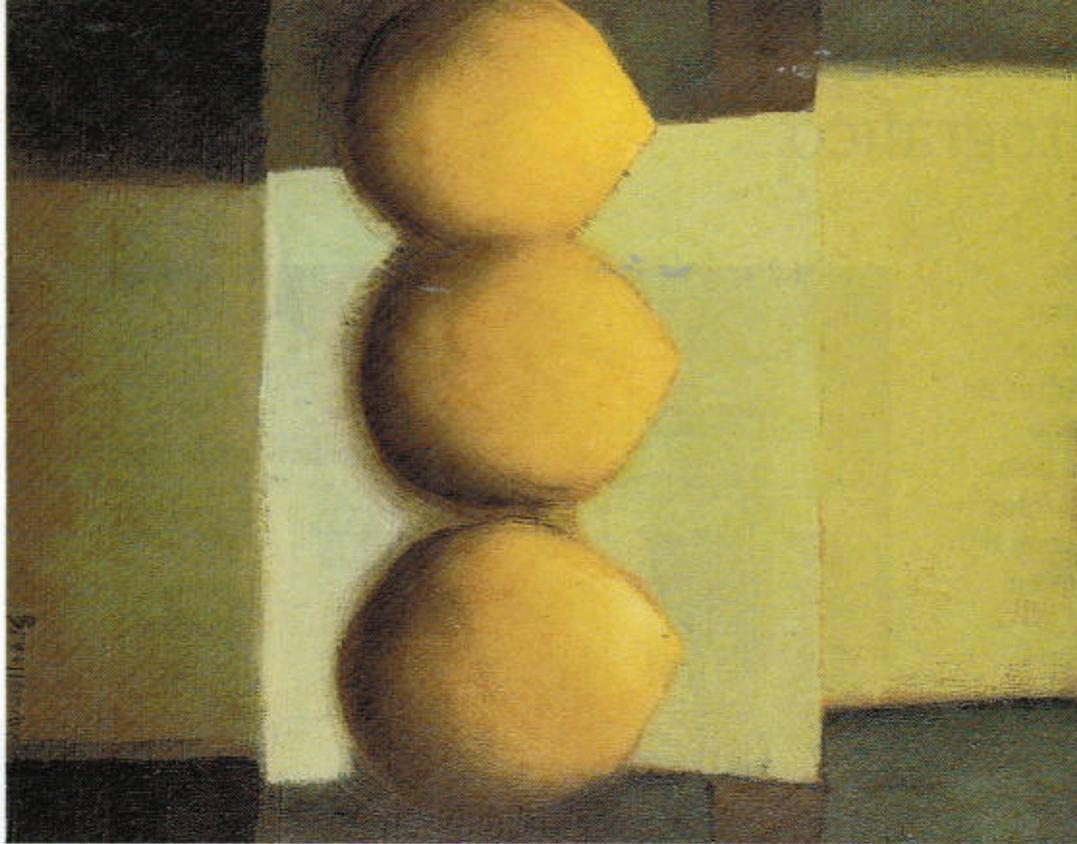
Duas estrelas que luzem calma e calidamente perto de nós. Alice Soares nasceu em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, em 1917. No mesmo ano, em Porto Alegre, nasceu Alice Brueggemann. Formaram-se, em 1943, no Instituto de Artes da UFRGS. Estudaram com artistas como Angelo Guido, Fernando Corona, Ado Malagoli e João Fahrion. Por mais de quarenta anos dividiram o mesmo atelier, situado por muito tempo na Rua Riachuelo, no centro da capital gaúcha. As artistas estão entre as mais altas expressões das artes plásticas em nosso País. Pelo alubrimento, pela lição de amizade: obrigado, Alices. (JAF)

As fotos são de F. Zago – Studio Z

Alice Soares - Sem título, 1990
Acrílico sobre tela
Coleção Alexandre Bilous

Alice Soares - Sem título, 1996
Acrílico sobre tela
Coleção Paulo Pinho





Alice Brueggemann
Sem título, 1979
Óleo sobre tela
Coleção Guilherme Paz

Alice Brueggemann - Sem título, 1995
Óleo sobre tela
Coleção Lygia Mallmann



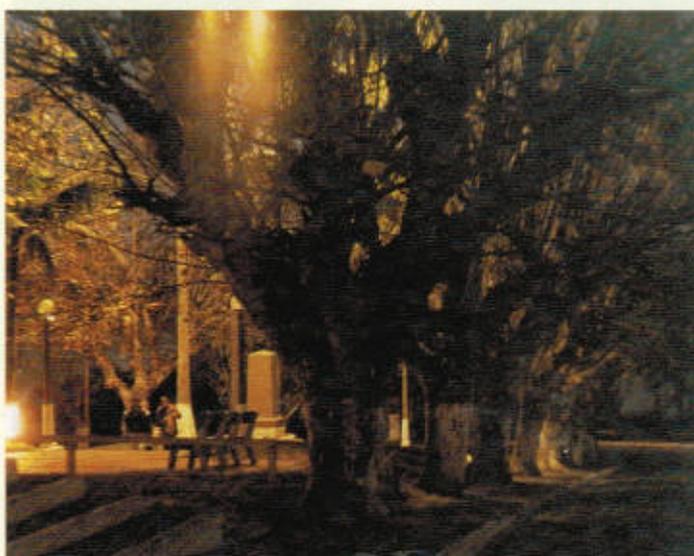
ensaio fotográfico

As belas imagens que iluminam estas páginas falam por si. Mostram o talento dos participantes do concurso *Fotografe Sua Comarca*, promovido pela Ajuris, neste ano. As fotos selecionadas nos trazem o ambiente onde vivem ou viveram os juízes e servidores do Judiciário gaúcho, que participaram do evento.

As fotografias, além de evidenciarem a arte de seus autores, valorizam as paisagens onde habita o homem do Sul, cenário de nossas raízes e berço da nossa gente.



Getúlio Pinto
Oficial Escrevente da Vara de Registros Públicos da Comarca de Porto Alegre.
Herança açoriana - Casario de Porto Alegre



Inezita dos Santos Cunha
Oficial Escrevente da Comarca de Montenegro
Praça do Município de Triunfo

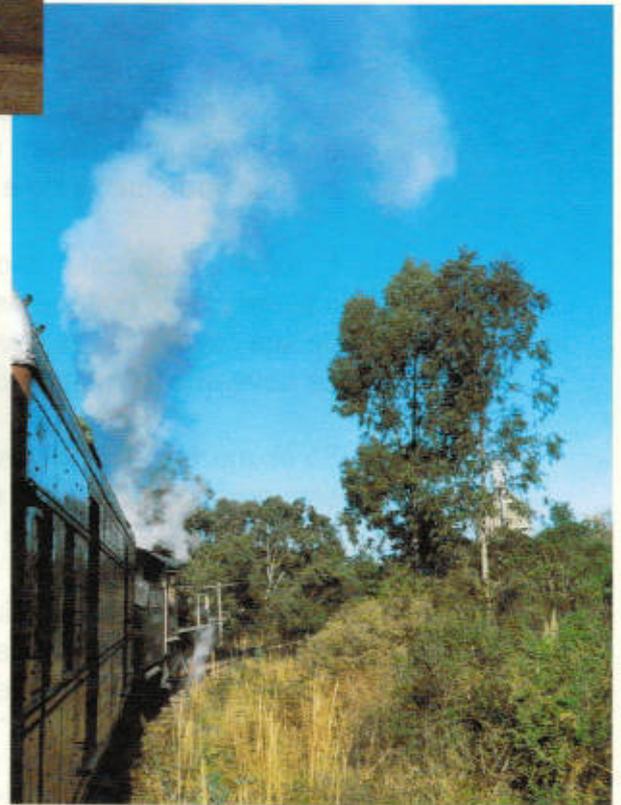


Élvio Schuch Pinto
Desembargador do Tribunal de Justiça - RS
Neve na Comarca de Antônio Prado
Agosto 1965



Hélio dos Santos
Escrivão da Vara de Registros Públicos
de Porto Alegre
Ponte dos Açorianos em Porto Alegre

Nadir Silveira Dias
Assessor de Desembargador da 4ª Câmara
Cível do Tribunal de Justiça-RS
Ferrovia do Vinho em Garibaldi



**Assis Setembrino
Machado dos Santos**
Escrivão Judicial /
Eleitoral da Comarca
de Santa Bárbara
do Sul
*Campos cultivados
de Santa Bárbara
do Sul*



Suzana Viegas N. Silva
Juíza-Pretora da
Comarca de Pelotas
Café Aquário, de Pelotas

O endereço da noite

Lêdo Ivo*

Agora que anoitece é que amanheço
como se o meu depois fosse o meu antes
e os anos sucumbissem nos instantes
em que vou perecendo e não pereço.

Embora a noite caia, não conheço
o endereço da noite, e os habitantes
de sua casa, nem os navegantes
da nave que foi sempre cova e berço.

Só os mortos estão livres da morte,
sem porta aberta e sem o portaló
do navio que é partida e perdimento.

Quando a sorte é lançada, não há sorte.
O que era vida e amor se muda em pó
e o próprio pó se muda em nada e em vento.

* Poeta e escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras. Obras do Autor pela Editora Global: *Os melhores poemas de Lêdo Ivo*, *Os melhores contos de Lêdo Ivo*, *Um domingo perdido*.

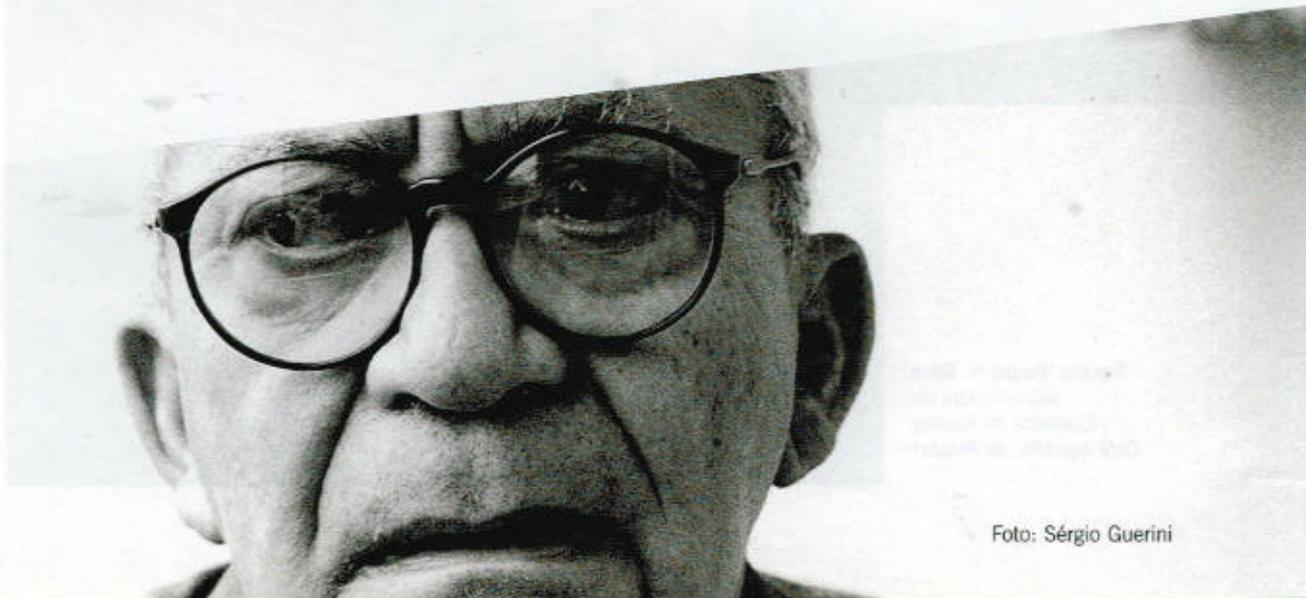


Foto: Sérgio Guerini

Breve história de uma canção

Carlos Saldanha Legendre*

O compositor Tito Madi possui um alaúde (foto), que pertenceu a seu pai, e se encontra na parede de seu apartamento, em Copacabana, Rio de Janeiro. Guardado com tanto afeto, esse belo instrumento deu origem a um pequeno poema de Carlos Saldanha Legendre, escrito no guardanapo do Restaurante do Vinícius, em Ipanema.

Pois aí vai, sem retoque, em manuscrito, exatamente como resplandeceu naquele início de tarde de primavera, a poesia de Legendre, que Tito Madi colou no instrumento.

CANÇÃO DO ALAUDE

a Tito Madi

Pendurado no canto
da sala, silencioso, sem
o pude dedilhar de meu antigo pranto,
ó pai, retoma o alaúde
e toca
a canção de nossa vida.

Legendre
Rio, 30.09.2000

* Desembargador - RS. Livros publicados: *Canto ao mar de Piriápolis*, Ed. Rogilma, 1962 (1ª ed.); Ed. Cultura Contemporânea, 1998 (2ª ed.). *Antologia da poesia brasileira contemporânea*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1986. *Elegia à lesma* (em preparo). *Inventário do canto*, Ed. Cultura Contemporânea, 1971, FIERGS, 2000.



Foto: Maria Izabel Caribunck Schissi

A

ero moça

A aeromoça
abre os braços
e mostra as saídas
de emergência...

E eu a sonhar
que ela abrisse
as pernas e mostrasse
as entradas de quintessência

*Elmar Carvalho**

Amor

concreto

no vór-
ti-
ce voraz
dos abrasados amantes abraçados
o amor se faz
in-tenso e tenaz
no êmbolo inserido no
ver tiginoso
vér ti
ce
inver tido

* Juiz de Direito - Piauí

Lá Em Cima

ISAAC STAROSTA*

Vou morar naquela nuvem.
Não levo ninguém.
Quem quiser a sua nuvem,
Procure também.

Lá em cima quem
Poderá me dizer:
Como você está sereio,
Distraído, dispersivo?!

Vou viver lá em cima,
Nebuloso, bem devagar.
O que é que lá?
Subi. Já estou lá!

* Poeta, autor de *Amor ao Porto*, Prefeitura de Porto Alegre, 1996.

poemas

O

Sino

*Sílvia Opitz**

(Homenagem aos cem anos da Faculdade de Direito da UFRGS)

Esse sino tão velho, até quebrado,
Que de manhã chamava nossa turma,
Como dizendo: – Acorde! Hoje não durma!-
Um dia simplesmente foi levado.

Quem fez isso? Terá sido um ladrão?
Perguntavam-se mestres e alunos.
Haverá entre nós alguns gatunos?
Quem seria e, ademais, por que razão?

Hoje sabemos o que se passou.
A tal idéia a teve um grupo ousado,
E num gesto, por certo tresloucado,
O arrancou dali e o guardou.

Mas não foi por crime ou por maldade,
E só por isso merecem perdão:
É que pensaram ser o coração
Da nossa velha e querida Faculdade.

* Procuradora do Estado aposentada - RS. Advogada, integrante da Turma de 1968 da Faculdade de Direito da UFRGS, que ficou com o sino da Faculdade.

Passado

*Hermann Homem de
Carvalho Roenick**

Veredas vazias, tristes,
Incongruentes...
Olhares perdidos, fugidios,
Inconsistentes...
O passado é meu espaço
Integralizado.
Sem perfume,
Sem cor,
Sem brilho,
Sem alturas.
Apenas tempo que cruzou
Sem ângulos.
Geometria assimétrica
De medida imensurável.
O meu passado
É o teu espaço sem limites
Que quero presente
Para ser futuro inteiro.

* Desembargador aposentado - RS

Um flash triste

*Manoel Celeste dos Santos**

A Igrejinha
Tão pequenina
Tão fechadinha
Tão cheia de ácaros

A Santinha
Coitadinha
Tão condenada
A só espirrar
De madrugada
Quando não houver ninguém
Vida sem vida

Mais um casamento consagrado
Lá fora, na praça
Cheia de crianças
A esperança
De que poucos alcançam
Mortos com vida
Com sonhos
Enfadonhos
Cheios de fé
Cheios de ácaros
Diáfanos

A Santinha fechada
Tão amada
Tão condenada
A espirrar
Só de madrugada

Desembargador aposentado - RS

Tempus fugit

*José Nedel**

Nos meus tempos saudosos de guri,
Subia em coqueiros a apanhar coquinhos.
E a ver o céu, que no alto mais sorri,
Ao ameno trinar dos passarinhos.

Depois deixei - não menos que aos pouquinhos.
E alçar-me ao fruto não mais consegui.
Resignei para sempre os meus joguinhos.
Mal e mal a mudança percebi.

Perdi por essas coisas o interesse.
Quis reflexão em vez das aventuras.
Por essa via a gente amadurece.

É o tempo plácido das formas puras.
Se o corpo verga, na alma reverdece
A volúpia do céu e das alturas.

Juiz de Direito aposentado - RS

Sobre uma frase de Tim Maia

*Llewellyn Davies A. Medina**

*Não fumo, não bebo, não cheiro,
minto um pouquinho.*

Minto quando as pessoas perguntam
por que fumo
por que bebo
por que cheiro
ou por que minto.

Por um lado tudo é questão de
metafísica
ou de mera versão
pois o fato deixa de o ser
quando dele emito juízo de valor
e o fato passa à versão
e é a versão que sempre vale
não é, Alkimin?

Se não for metafísica
será intromissão em minha solitária vida
de pecador
daí é que vem o interesse
(pode ser)
daí é que vem minha indignação.

Afinal,
por que perguntam tanto
se da verdade ninguém quer saber?

* Juiz de Direito - Contagem - MG

Corvos

no trigal

*Cyro Púperi**

a Van Gogh

O desespero do fundo de teus olhos
A extensão infinita de teu olhar
Trazem um céu rebaixado e grosso
Com penosos trapos de negror faustino
O tempo todo a voar
Lançando sobre a terra
Todo tipo de sombras a imaginar

Teus grossos dedos manchados
Encharcados de dores e dons
Traçam dobrados e redobrados trigais
Campos extensos de ouro carregados
Brotando da enrugada terra
Sangüínea extensão de teu corpo
Que avança forte por toda a tela

Tão vasto e tão deserto o universo
Quanto desconcertado o de teu peito
São estes traços fatalmente distorcidos
Pesadas pinceladas de agonia
Na composição desta tela de vida inteira
Na sardônica existência de teu ser

* Juiz de Direito - Gramado - RS

Segredos do implúvio

Jorge Adelar Finatto*

I
Dizem
que escrever
poemas
é ofício
de pouco
valimento
mas pouco se revelou
sobre a memória da sombra
as paredes úmidas
da velha casa de madeira
o esqualido corredor
onde se morria
um dia todos os dias
sem notícia
sem amanhã

II
alguém precisava
recordar
os soturnos habitantes
da rua humilde
na cidade serrana

lembrar o cheiro
de suas vestes
as pedras soltas
na porta das casas
os casacos pretos
nas manhãs de geada

III
nada ou muito pouco
se disse
dos segredos do implúvio

eu me pergunto por que
esse vazio em torno

estaria no silêncio
acre das caves
o destino de partir?

trabalho lento
nas escarpas
do coração

IV
não fossem
os trilhos
do trem
o barulho santo
do trem
atravessando
a madrugada
criando ao menos
em tese
a possibilidade
da fuga
muitos teriam
desistido de tudo
ali mesmo
como fez Chico
o Esquecido

V
o coração não é
assim mero
cresce em segredo
na dura colheita

não se esvazia
o coração
como se esgotam
as cisternas

VI
alguém precisava contar
a náusea persistente
a longa e tortuosa estrada
que desce na Capital

melhor não inventar
histórias
de castelos e linhagens
que nunca existiram

e se houve
federam
como podem feder
as escadarias
dessas obscuras passagens
perdidas no planeta
que recolhem
seres rastejantes



Aquarela: Danúbio Gonçalves

VII
o que se registra
no tombo do tempo
é que há um menino
imóvel
à beira da jovem defunta

naquele lugar
a despedida
com alguma flor
sussurros abafados

ele pergunta
onde ela foi habitar

o que vê
é a morte
e seu absurdo trabalho
convertendo em pó
a luz dos olhos

* Juiz de Direito - Porto Alegre - RS

Poema extraído do livro *O habitante da bruma*, Editora Mercado Aberto, 1998. A obra recebeu, neste ano, o Prêmio Fernando Pessoa, 41º Aniversário da União Brasileira de Escritores, entregue ao autor em 29/09/2000 na Academia Brasileira de Letras.